



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 40

Sessão Ordinária de Dezembro

Reunião de 27-12-1999

Aos vinte sete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos como Primeiro Secretário e pelo Vogal João José Ferreira da Maia como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Maria Teresa Fidélis da Silva, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: José Augusto Fernandes Júnior, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Branco Pontes e Élio Manuel Delgado da Maia.

Foram apresentados os pedidos de justificação de faltas dos vogais, Joaquim António Gaspar de Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel dos Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Dinis Marques.

Estiveram presentes os seguintes membros da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, e os Vereadores, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Jaime Simões Borges, José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves e Domingos José Barreto Cerqueira.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu continuidade à ordem de trabalhos para sessão ordinária de Dezembro.

PONTO N.º 4 - CONCURSO PARA A INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NAS PARAGENS DE AUTOCARROS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião ordinária de 02/12/1999, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo.)

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu passava a palavra ao Vereador Eduardo Feio, para apresentar este ponto.”

Vereador Eduardo Feio:

“Srs. Membros da Assembleia Municipal, em relação a este ponto e como puderam ver nos documentos que foram distribuídos, trata-se de um pedido de autorização a esta Assembleia, no sentido de promover um concurso público com vista à concessão de um conjunto de espaços publicitários em abrigos, em número de noventa. Na deliberação que vos foi facultada, contudo há aqui uma questão que não está explícita e que teria que estar, que tem a ver com o prazo de concessão e do número de abrigos que foi corrigida posteriormente para noventa. O prazo de concessão seriam dez anos e os Mupis seriam a contrapartida para a colocação e manutenção dos abrigos em número de noventa. Posto isto, pomos então esta questão à discussão.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Só para um pedido de esclarecimento, que já na última reunião tive oportunidade de formular e que por haver este ponto na ordem de trabalhos não me foi respondido. Quando se fala em abrigos, a minha pergunta é a seguinte: é se de facto, se aplica para toda e qualquer empresa de viação ou se se refere exclusivamente aos Serviços Municipalizados? Porque estou a lembrar-me de um, ali na rua Clube dos Galitos, que não tem protecções laterais. No outro dia passei por lá e as pessoas queixavam-se porque entrava chuva e vento. A pergunta é somente isto: os abrigos são para toda e qualquer empresa que actue no concelho ou são apenas para os Serviços Municipalizados?”

Entrou na sala o vogal Álvaro Patrício do Bem.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para que não existam quaisquer dúvidas, do ponto de vista teórico, acho que esta solução que é encontrada pela Câmara, é uma boa solução. Portanto, da nossa parte não há qualquer fundamentalismo às concessões. Há concessões que são adequadas, que são justas, que são certas, e que serão certamente melhor solução que outro tipo de soluções. No entanto, na prática, esta consideração geral não a posso transpor para a proposta que nos é apresentada hoje.

Não a posso transpor, porque não nos foi fornecida informação suficiente, e é significativo que tenha sido a própria Câmara a trazer aqui verbalmente durante a reunião, um elemento que era central para a deliberação desta Assembleia; o prazo da concessão.

Nós estamos perante uma proposta, que é uma proposta a dois tempos. A onze de Novembro a Câmara considerava que eram necessários cinquenta abrigos; a dois de Dezembro (três semanas depois), já achava que eram necessários noventa! Pergunto Sr. Presidente, a este ritmo, quantos é que são necessários hoje? Quais foram os estudos que fizeram mudar de forma tão radical a opinião da Câmara? Por outro lado estamos perante uma proposta que é claramente mal fundamentada. Já agora, o diploma legal 169/99, é uma Lei e não um Decreto-Lei, contrariamente àquilo que vem no enunciado da deliberação.

De facto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós não sabemos o que é que estamos a deliberar face aos documentos. Dado que, o que propõe os serviços municipais respectivos é diferente daquilo que se pode ler na deliberação da Câmara. Ou seja, a deliberação da Câmara fala em «proceder à abertura de concurso público para a instalação de abrigos de passageiros e respectiva concessão» e a informação dos serviços fala «em concurso para a exploração de publicidade em Mupis, com a contrapartida de fornecimento, manutenção e limpeza dos abrigos de passageiros necessários». Que é que nós estamos de facto a deliberar? É um concurso para instalação de abrigos, ou é um concurso de concessão de publicidade cuja contrapartida é a criação, a manutenção, e a limpeza dos abrigos. Ora, se é esta hipótese, não é essa a que consta da deliberação da Câmara Municipal de Aveiro. O que a Lei diz na norma que é invocada pela

deliberação da Câmara é: que a Assembleia não se limita à aprovação genérica, de uma proposta genérica. O que a Lei diz é: que a Assembleia fixa as respectivas condições gerais da concessão. Ora, quais são as condições gerais da concessão? Qual é a superfície da publicidade? Quantos Mupis vão existir por abrigo? E, acima de tudo, qual é o período da concessão? Como se procede à renovação? Para quem revertem os equipamentos no fim da concessão? Etc. etc.

Parece-me Sr. Presidente, Srs. Deputados, que para esta Assembleia poder fixar condições gerais, elas têm de constar de forma clara, explícita, na deliberação da Câmara Municipal. Ou seja, ou dão hoje, aqui, de fonte limpa, essas condições gerais de forma a que elas possam fazer parte da acta desta Assembleia ou se não derem, Sr. Presidente da Mesa, chamo a sua atenção para a sua nova responsabilidade de zelar pelo cumprimento da Lei, no que diz respeito aos assuntos em questão.

As objecções, são objecções formais (poderão dizer os Srs. deputados), admito que até certo ponto o sejam, visto que estou de acordo quanto à natureza e ao objectivo que nos é proposto, mas Sr. Presidente, continuamos a cair nos mesmos erros de sempre. Falta de fundamentação, falta de atenção em relação ao papel que cabe a esta Assembleia, que tem de ser devidamente esclarecida, devidamente informada, para que possa deliberar com pleno conhecimento de causa.”

Presidente da Mesa:

“Eu estou sempre atento ao cumprimento da Lei, mas eu sou um serventuário desta Assembleia. Tem alguma razão de ser em algumas observações que faz, e faltam outras. Por exemplo, sendo uma concessão por dez anos, qual é o grau de obrigação de conservação, com o estado estético e de aspecto, dos abrigos?”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para dizer que também concordo com a maneira abstracta desta concessão. E acho que, também neste protocolo, tenho pena que não se tivesse aproveitado esta oportunidade para incluir nos Mupis as plantas da cidade. Há muito tempo que eu reclamo aqui nesta Assembleia, que faltam as plantas da cidade, não só por quem nos visita, mas também os próprios aveirenses começarem a conhecer a nossa toponímia. Era uma boa oportunidade disso ter acontecido.

Mais uma vez também, lamento, que não se tivesse aproveitado esta oportunidade com uma informação para esta Assembleia, quando se fala da localização dos Mupis. Era importante que houvesse uma planta do concelho aqui exposta, com os locais onde vão ser implantados os Mupis. Foi assim durante muito tempo nesta Assembleia. Quando as propostas cá vinham, havia plantas do concelho onde nós víamos quais eram as propostas concretas. Mais uma vez aqui continuamos de uma maneira abstracta e ainda por cima remetem-nos para um anexo que não nos dão!

Outra preocupação diz respeito, ou ao desrespeito, que normalmente estas paragens de autocarro têm com os que andam a pé e para com aqueles que têm dificuldade em se movimentar. Falo de deficientes, falo de carrinhos de bebés. A nossa cidade, e muito menos a periferia da nossa cidade, está preparada para ter passeios com dimensão suficiente para que paragens de autocarro possam ser colocadas. Eu queria saber se há algum estudo prévio, para se saber se estas paragens de autocarro vão ficar em locais onde realmente não incomodem ou se o facto de haver um abrigo faça os peões irem para a estrada. É que tem de haver um sistema integrado entre os peões, os ciclistas, os autocarros e de certa maneira os automobilistas. E o que eu tenho notado nos últimos tempos é que os automobilistas começam a ser também os maus da fita. Na nossa cidade começa a haver uma certa aversão aos automobilistas. Falo isto, porque ultimamente tem sido já useiro e vezeiro fechar-se o centro da cidade por qualquer

evento que haja e não há o mínimo de orientação aos automobilistas para saber quais são os caminhos alternativos que se podem tomar. Acontece isto não raras vezes na nossa cidade. A Avenida Lourenço Peixinho é uma Avenida central da nossa cidade, não se pode cortar aquela Avenida aos automobilistas sem dar alternativa ao trânsito. Devemos respeitar os automobilistas, que também pagam os seus impostos, pagam o imposto de selo, e se calhar pagam mais do que outros.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, temos perante nós uma proposta (mais uma), que no meu entender vem ordinariamente mal elaborada. Revela logo esta proposta um patente descuido, que é: num dia serem necessários cinquenta abrigos e três ou quatro dias depois noventa! Ficamos de facto perplexos, como é que a Câmara inventaria a necessidade de abrigos.

Esta Câmara pensa que pode resolver os problemas de Aveiro sozinha. Eu devo dizer que esta Câmara está redondamente enganada se quer adoptar esse método. Já há dias foi patente a Comunicação do Sr. Presidente, em que trazia umas pequenas notas e atribuía o poder de síntese do Sr. Presidente. Eu atribuo-o a que tivesse feito pouco, e atribuo-o a que a Câmara e o Sr. Presidente não querem dizer a esta Assembleia o que fazem. E temos aqui mais um exemplo frisante dessa situação.

É de Lei, que as concessões sejam aprovadas por esta Assembleia. E eu pergunto, o que é que esta Assembleia nesta proposta concreta vem autorizar ou aprovar. Com este documento que nós aqui temos qual é a matéria sobre a qual nos podemos debruçar. Que eu saiba, a concessão há-de ter um programa, há-de ter um projecto, há-de ter um caderno de encargos, há-de ter um prazo, e mais coisas que agora não me ocorrem. Eu pergunto, onde é que nesta deliberação isso consta? Para quê os abrigos fundamentalmente e não assim com generalidades; quais são as obrigações da Câmara a proporcionar ao concessionário; onde deve colocar os abrigos, e fundamentalmente as contrapartidas. Tem que fazer os abrigos. Mas em chapa de zinco? Em ferro, em latão, em lusalite, em pedra, em mármore? Nada aqui está dito. Portanto, há falta de matéria de pronuncia. E por isso, eu convido a Câmara a retirar esta proposta e a tomá-la como exemplo de como não deve trazer estes assuntos a esta Assembleia.”

Entretanto entrou na sala o vogal Luís Miguel Capão Filipe.

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiro folgo muito em ver o salto mortal que o nosso colega de Assembleia Dr. Nascimento, que durante quatro anos andou a dizer que todas as propostas vinham bem informadas; quando eram propostas miseravelmente informadas. Finalmente, começou a ver que as coisas vêm mal informadas! Enfim... talvez uma mudança de lentes.

Quanto ao princípio deste tipo de concessões, penso que a Câmara está no caminho certo. Efectivamente, o princípio que norteia uma proposta deste tipo, é o princípio correcto. A Câmara, tem de encontrar parcerias para fazer determinadas coisas na cidade. Neste momento, seria uma coisa que competiria à Câmara e que a Câmara tem de arranjar parceiros para participar nessas despesas. Esse é o princípio genérico que eu apoio profundamente nas parcerias entre privados e o sector público.

Quanto à forma propriamente dita, eu reconheço que algumas coisas que aqui foram ditas, nomeadamente pelo Sr. Salavessa e pelo Dr. Nascimento, estão correctas. Isto é, penso que no mínimo esta proposta devia ser acompanhada no mínimo por uma minuta do contrato de concessão. Nessa minuta viriam todas as regras, todas as obrigações e direitos de ambas as partes, e assim nós poderíamos apreciar melhor uma proposta deste tipo. Para que a bancada do PSD saiba, a bancada do PS sempre se pautou pelo rigor e figuradamente não muda de

óculos, a não ser quando lhos partem, o que efectivamente tem sido muito difícil porque não há oposição que consiga partir os óculos a ninguém do PS.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, muito pouco mais há a dizer, apenas duas ou três observações. A primeira, questionar-me incredulamente e estupidamente, como é que este Executivo deliberou isto!? Eu penso que o próprio Presidente da Câmara ao olhar para isto, entenderá porque nós iremos votar contra uma coisa destas. É impossível. Falta aqui tudo.

E se o Dr. Raúl Martins, concorda com o princípio das concessões, um verdadeiro salto mortal, acrobático, eu também concordo até por uma questão ideológica. E aquele argumento de que a Câmara deve encontrar parcerias que permitam deduzir os encargos, pelo menos que dissesse a quem tem obrigação de se pronunciar sobre isto, que contrapartidas a Câmara vai ter e quanto é que a Câmara vai deixar de gastar com isto.

Depois, a informação dos serviços diz: «propõe-se que a área do contrato seja para as restantes dez freguesias»; e o antigo mantêm-se para as actuais quatro, continua em vigor? Não seria melhor esperar que o antigo caducasse? E depois, o nível de serviço vai ser o mesmo? Nada disto é dito, nada disto é falado, nada disto é discutido. A Câmara espantosamente aprova esta deliberação por unanimidade e agora, vêm aqui pedir-nos que aprovemos às cegas só porque o princípio é bom. Não pode ser. Todos nós somos pessoas de bem, e não está escrito em lado nenhum que isto traga algum tipo de vantagem para a população aveirense. São questões perfeitamente nublosas e não podemos nós, dar o nosso voto favorável.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, isto é uma questão de interpretação, de fixação de sentido, que esta Assembleia terá que determinar. O que a Lei determina é que as Assembleias Municipais se terão de pronunciar sobre as funções fixando as respectivas condições gerais. E, é saber, o que se entende por condições gerais. Manifestamente, eu entendo, que esta proposta que a Câmara Municipal nos traz não preenche esse requisito. Porque essencial para qualquer concessão, é desde logo a determinação das obrigações das partes. Manifestamente não se vislumbra a mínima obrigação do concessionário. Muito sinceramente, esta proposta não se distingue daquelas que nos eram trazidas no anterior Executivo. Portanto, não vamos aprovar esta proposta. Aquilo que esta Assembleia solicitará (depende do resultado desta votação) é que em futuras propostas de concessão, venha determinado quais as concessões dos outorgantes do contrato de concessão e não com esta vacuidade, que no nosso entender não cumpre o grau de precisão. É essencial que nas condições gerais se fixe as contrapartidas financeiras, penso que é o mais básico das condições gerais. É necessário que haja um elenco das obrigações que terão de ser cumpridas. Tal como está eu duvido que mereça aprovação.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, aquilo que eu gostaria de pedir ao Executivo é respeito por esta Assembleia, no sentido em que os documentos que são trazidos a esta Assembleia devem conter os elementos suficientes e necessários para apreciação pelos deputados. E, eu diria mesmo, respeito pela Câmara em si e pelos seus serviços. Porque de facto, o que nós temos é uma informação de vinte e sete do dez, em que uma técnica da Câmara fala em cinquenta abrigos, e temos uma proposta de deliberação elaborada pelo Sr. Vereador Eduardo Feio, no dia onze do onze onde fala de cinquenta abrigos, e depois temos uma decisão da reunião ordinária de dois do doze (vinte e um dias depois) em que com base num estudo recentemente efectuado (que não está aqui anexo), se passa a falar de noventa abrigos! Tudo isto indica, que esta proposta foi trazida aqui de ânimo muito leve e portanto, levará uma resposta pesada de acordo com a leveza com que aqui foi trazida.”

Deu entrada na sala o vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Mesa:

“Em termos de Assembleia, o que a Lei diz é o seguinte: «compete à Assembleia autorizar nos termos da Lei, a Câmara Municipal a concessionar por concurso público a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais». Pergunta-se, fixando quem? Fixando, ela Câmara, as condições gerais? Se for assim, é evidente que a proposta vem incompleta. Mas quem é que fixa as condições gerais - não diz cá. Se for a Assembleia, da duas uma, ou vem uma proposta como cumpre do Executivo para a Assembleia debater, pormenorizar, melhorar, ou pode a própria Assembleia inovar e fabricar um elenco de condições gerais.

Bem, o que acontece é que isto dos concursos públicos pode desenvolver-se em dois momentos. O último momento que pode ser único é a concessão, a adjudicação, depois de concurso público. E nessa fase, não tenho dúvida nenhuma, que têm que estar fixadas as condições gerais. Mas aparentemente a Câmara quer dividir este concurso em duas fases; uma que parece seria um concurso de ideias ou de cadernos de encargos, porque nesta deliberação de onze do onze, diz: «a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a abertura de concurso publico para a realização de contrato de concessão» o que significa que seria aparentemente uma primeira fase e seguida de uma segunda fase de apreciação de propostas concretas já com cadernos de encargos elaborados pelos concorrentes. De qualquer maneira vamos ouvir a Câmara para esclarecer.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, eu não vou tentar defender aquilo, que depois do que se ouviu parece indefensável, mas apesar de tudo gostava de prestar alguns esclarecimentos. Acontece de que pressionados de facto com o calendário do agendamento, apercebemo-nos que a proposta tal como ocorre da acta não estava bem instruída, mas justamente por enorme consideração pela Assembleia e porque a respeitamos muito, e apesar de se tratar de uma matéria que sendo importante não é complexa, parece-nos que o interesse público e a defesa dos interesses dos munícipes neste caso aconselhava correr este risco. Isto é, enviámos para a Assembleia actas que de facto não traduzem bem aquilo que consta da informação, mas era tarde demais para estar a proceder a essa correcção e conseguir que as coisas viessem a tempo. E pareceu-nos, que a competência desta Assembleia é para autorizar as bases gerais, era preferível enviarmos uma proposta especificando depois aqui um ou outro elemento.

Perante este quadro eu gostava de especificar o seguinte: o episódio da passagem dos cinquenta para os noventa; claro que houve uma reavaliação do processo, mas também nos pareceu que é preferível nós trazermos uma proposta melhor avaliada do que ficarmos com o risco de termos uma concessão de apenas para cinquenta, sendo certo e sabido que precisávamos de mais. Mas há ainda outra coisa que deve ser dita: é que (e a acta aqui enferma de uma deficiência) era até noventa. Ou seja, nós não queremos neste momento concessionar noventa. Nós sabemos é que, com a evolução das diferentes paragens de autocarros, cinquenta já não são suficientes, mas a um prazo de dez anos podem vir a ser precisas e, portanto, a concessão seria até noventa em função das necessidades.

Quanto à falta aí de um elemento essencial da questão da renda. A questão da renda vai ser estipulada em função da melhor oferta, o resultado do concurso público é que vai ditar qual é o estado de conservação e de operacionalidade desses abrigos. Cada abrigo terá a possibilidade de ter um Mupi por abrigo. Reconheço que é preciso fazer a junção entre a informação técnica e as duas actas, temos de reconhecer isso, mas eu diria que os elementos essenciais, com estas explicações, habilitam esta Assembleia a fixar as condições gerais e, portanto, a autorizar-nos a

abrir o concurso que irá conduzir à concessão. Mais do que isto é demais, porque o espírito da Lei, pensamos nós, sempre foi assim que o interpretámos, não é o trazer aqui minutas do contrato nem o tamanho dos parafusos ou a cor dos placares - é o de fixar as bases gerais.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Eu gostava que o Sr. Presidente esclarecesse, porque da leitura destes documentos eu apreendi que o concurso seria para instalação, mas a concessão é que abrangeria a instalação e a exploração. Mas o Sr. Presidente agora falou de renda? A Câmara é que vai construir os abrigos ou é o concessionário? Já estou a ver que não se entendem. O Sr. Presidente e o Sr. Vereador já não sabem quem é que constrói.”

Presidente de Câmara:

“O concessionário vai construir e manter os abrigos, mas para a contrapartida de explorar a publicidade pode aparecer uma oferta de renda à Câmara. Tão simples como isso. O concurso público vai determinar a melhor oferta.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Das duas uma, ou a Câmara apresenta um caderno de encargos (e parece-me que o tem de apresentar) para o concurso. Este é um órgão político que tem a ver com a panorâmica e com o aspecto da cidade, portanto há-de interessar saber com que material vão ser feitos os abrigos. São coisas que ficam espalhadas pela cidade. A meu ver é até um dos aspectos mais importantes. Eu vinha para aqui na convicção de que a Câmara tinha as condições gerais de como queria os abrigos. Dizer, quero os abrigos em vidro com este desenho arquitectónico. E depois dizer, os Srs. explorem isto por tanto tempo, podem cá pôr este tipo de publicidade e no fim é para a Câmara, reverte. Agora o Sr. presidente fala ainda de uma renda!? Nós ficamos sem perceber.”

Presidente de Câmara:

“Um concurso público tem essas possibilidades todas e designadamente, aparecem variáveis enormes como sabe. Não penso que seja da competência desta Assembleia estar a estabelecer regras de cor, de materiais, de desenho urbano - julgo que isso não são bases gerais da concessão. Para isso é que há um concurso público que vai receber as várias propostas para que se avalie também do ponto de vista estético qual é a melhor solução quanto aos abrigos. Agora, quanto à outra questão da renda e da minha conversa aqui com o Vereador Eduardo Feio, é que pode acontecer que apareçam empresas a oferecer renda à Câmara e outras a não oferecer nada. E temos já exemplos em que isto aconteceu. Portanto o concurso público vai estipular essas regras todas.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Eu tenho ouvido aqui uma série de observações críticas, fundamentalmente pelo facto da proposta não estar bem instruída. Mas eu estou também preocupado com os municípios. Eventualmente, todos nós teremos um meio de transporte que nos retira a preocupação de termos de estar à espera de um transporte público e apanhar chuva e vento, mas não há dúvida nenhuma que muitas pessoas precisam destes abrigos. E, tal como muitas vezes temos feito, quase que deixamos passar alguma fundamentação inexistente. Estamos aqui a verificar de novo uma situação parecida em que, em função do município, se ir aceitando progressivamente propostas mal formuladas e mal fundamentadas. Dada esta preocupação, eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, quanto tempo seria necessário para apresentar as condições gerais tal como aqui foi sugerido que se fizesse; e se houver mais alguma reunião isto ainda ser inserido nos trabalhos. E se isso for impossível, fica a sugestão ao Sr. Presidente desta Assembleia, para convocar uma sessão extraordinária, porque me parece que em favor dos que

necessitam dos abrigos é um assunto importante. Porque verifica-se que haverá chumbo desta proposta formulada pela Câmara.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu penso que a troca de impressões havida entre o nosso colega da bancada e a Câmara, mostra bem como pode haver diferentes entendimentos da questão das bases gerais. Sucede que o interesse dos munícipes a que o Sr. Presidente aludiu, exige rigor. O Sr. Presidente, fala tantas vezes aqui em rigor e tantas vezes lhe falta rigor com a Assembleia - é uma pena.

Por outro lado, nem as actas nem a proposta de deliberação, mencionam quaisquer condições gerais para o concurso. O Sr. Presidente teve oportunidade de entre a data da informação prestada pelos serviços e a data de hoje (decorreram cerca de dois meses), teve oportunidade de, verificando que lhe competia trazer para nossa aprovação as bases gerais do concurso, teve certamente oportunidade de as preparar e das apresentar aqui hoje verbalmente. E de facto, durante a apresentação desta proposta não assisti a nada disso. Certamente se o tem feito, estaríamos agora em circunstâncias bastante diferentes.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, acabe com a chantagem sobre a Assembleia invocando sistematicamente os interesses dos munícipes, para não cumprir as normas do relacionamento normal que deve existir entre a Câmara e a Assembleia; já chega; já chega.

Se o Sr. Presidente está preocupado com a defesa dos interesses dos munícipes, no que diz respeito ao prazo de execução dos abrigos, posso dizer e asseguro-lhe Sr. Presidente, que estou tanto o mais preocupado que o Sr. Presidente em relação aos interesses gerais, e de que neste e noutros processos as coisas sejam claras, sejam transparentes, sejam participadas entre os diversos órgãos que têm de intervir, por forma a que os interesses mais gerais sejam de facto salvaguardados. E não esta questão imediata, que o senhor sistematicamente invoca para não cumprir aquilo que deve cumprir.

Digo-lhe Sr. Presidente, que assumo em plenitude os deveres de membro da Assembleia que constam do Regimento. E de entre os deveres da Assembleia, está a observação escrupulosa das normas legais e dos regulamentos aplicáveis aos actos praticados por nós na Assembleia Municipal. Este aspecto é também para nós um aspecto central.

Sr. Presidente, se o senhor tivesse as condições as condições gerais do contrato prontas porque é que não as anexou à deliberação? Se não as têm prontas, então não há nenhum problema em nós não aprovarmos. Então elabora-as, e a seu tempo, ou com sessão ordinária ou extraordinária nós temos condições para as aprovar. Porque aprovar uma concessão sem as normas gerais de contrato não me parece normal.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o senhor com certeza que nestas questões jurídicas é o maior “galo” diante dos “galos” nesta Assembleia, mas eu para o exercício das minhas funções tenho de fazer a minha interpretação, e quando não a sei fazer recorro frequentemente a outras pessoas para estabelecer uma opinião. Sr. Presidente, não há dúvidas da nossa parte, que quem fixa as condições gerais não é a Câmara, é a Assembleia. Porque se não, esta norma estava não nas competências da Assembleia mas nas competências da Câmara Municipal. A Lei diz explicitamente quais são as matérias que sobre proposta da Câmara não podem ser alteradas e esta matéria é passível de sofrer alteração. E nós, só podemos alterar aquilo que conhecemos, não podemos alterar aquilo que é desconhecido. Por isso não posso aprovar, por razões formais, políticas, e que têm a ver com a prática regular da Câmara e que queremos ver alterada. Não posso aprovar esta deliberação. Mais. Se ela for aprovada e não vier a esta

Assembleia, até à concessão, para aprovação da Assembleia as tais condições gerais, impugnarei no local próprio a realização do concurso de concessão.”

Presidente da Mesa:

“Eu concordo com tudo o quanto disse. Só tinha dúvidas porque não tinha lido a lei toda. Era se em caso de omissão da Câmara, nós podíamos aqui fabricar essas condições gerais. Mas não podemos porque a Lei diz que é sobre proposta. É sempre sobre proposta da Câmara. Podemos emendar, alterar, aumentar, diminuir, isso sem dúvida nenhuma; concordo perfeitamente.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito rapidamente para focar duas questões políticas que acho devo fundamentar. Uma, é voltar a ouvir nesta Assembleia, da boca do Sr. Presidente da Câmara, que esta ou aquela matéria não serão «salvo o devido respeito que o Sr. Presidente tem por esta Assembleia» competência desta Assembleia. Volto a dizer, que não reconheço ao Sr. Presidente da Câmara, para nesta Assembleia dizer que isto ou aquilo são ou não são competências desta Assembleia. Esta Assembleia tem o direito e tem o dever de se pronunciar sobre todas as matérias que entender dever pronunciar-se. E mais Sr. Presidente da Câmara, recordo-lhe que há meses atrás o Sr. Presidente dirigiu um gentil convite aos líderes de bancada desta Assembleia, para que pudessem apreciar quatro Planos de Pormenor, que penso eu estarão já em fase de consulta pública. Recordar-se-ão os meus colegas líderes de bancada, que na altura nos convidou até a pronunciarmo-nos sobre aspectos estéticos, sendo nós apenas membros da Assembleia Municipal. Ou seja, o Sr. Presidente apresenta nesta Assembleia dois pesos e duas medidas consoante aquilo que lhe pode interessar no momento. Isto não pode ser. O desrespeito que o senhor mostra por esta Assembleia, é muita das vezes consubstanciado neste tipo de expressões que eu me atrevo a qualificar de menos felizes. Eu entendo que o Sr. Presidente não quer desrespeitar de modo nenhum esta Assembleia, mas de facto, no Executivo camarário onde incluo-o os vereadores do PP, nunca deviam ter aprovado proposta como esta, que nunca devia ter sido aprovada. A Câmara reestruturou o organigrama, renovou os serviços de acordo com a suas necessidades, e no entanto continua a ter serviços que apresentam propostas destas tão mal consubstanciadas, tão mal informadas!? É evidente que a orientação política do Executivo tem de ser sua e do Partido Socialista que o apoia, obviamente, ninguém está contra isso. Agora a execução tem de ser dos serviços que o senhor requalificou, porque nos disse aqui que sem isso não conseguia trabalhar convenientemente. E os seus serviços requalificados ainda apresentam propostas destas Sr. Presidente da Câmara!?”

Mas agora uma pergunta séria. Será que lhe custa tanto dar o braço-a-torcer num assunto que é unanime nesta Assembleia? Diga-me sinceramente, acha esta proposta com credibilidade para vir a esta Assembleia? E diga-me mais, acha que devemos perder mais tempo a discutir esta proposta?

Por isso Sr. Presidente da Mesa, eu verbalmente apresento aqui um requerimento para que se pare com a discussão deste ponto da ordem de trabalhos e se passe de imediato à votação.

Porque também lembro que esta proposta também não pode ser retirada por parte da Câmara, peço à Mesa para que passe de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos.”

Entretanto entrou na sala o vogal Armando Manuel Dinis Vieira.

Presidente da Mesa:

“Indeferido. Por uma razão simples, é que falta ouvir em última instância o próprio Presidente da Câmara.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Um ponto de ordem à Mesa. Regimentalmente a Câmara não tem direito de réplica. Segundo, eu apresentei um requerimento à Mesa que tem prioridade sobre todo o resto.”

Presidente da Mesa:

“Não tem. Tem a palavra o Presidente da Câmara para se quiser esclarecer alguma coisa. O problema é este: qualquer requerimento de votação faz caducar as inscrições se for deferido. Mas não há mais inscrições.”

Presidente da Câmara:

“Eu só queria de facto afastar e recusar liminarmente, de que terei feito qualquer tipo de chantagem com a Assembleia. Eu reconheci, que de facto a proposta não vinha instruída e tentei explicar porquê. Portanto, não invoquei o interesse público para não cumprir. Pelo contrário, invoquei o interesse público sendo certo que esta Assembleia tem competência para alterar a proposta da Câmara, para em última instância (é verdade) a tentarmos ainda salvar. Mas reconheço que a proposta não vem bem instruída e portanto, eu propunha (acho que foi a sugestão do Prof. Britaldo, se regimentalmente for possível) trazer aqui uma proposta completa e em devida forma no último ponto, se isso for possível.”

Presidente da Mesa:

Agora aqui é que tem razão o Diogo Soares Machado. Se o deputado Diogo Soares Machado retirar o seu pedido de votação imediata, ponderarei esta hipótese posta pelo Presidente da Câmara, de até ao fim desta sessão trazer um texto que acautele estas hipóteses e outras que entenda. Se o deputado Diogo mantiver a sua proposta eu sou escravo das regras e passarei imediatamente à votação.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, não me custaria nada retirar o meu requerimento, mas por uma questão de princípio e de seguir fielmente o regimento, porque foi o que tentaram incutir durante esta Assembleia, eu penso que esta proposta tem de ser votada. E a Câmara tem claramente que assumir.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 4 - Concurso para Instalação de Abrigos de Passageiros nas Paragens de Autocarros, sendo a mesma rejeitada com catorze votos contra (PSD7+PP6+PCP1) dez abstenções (PS8+PSD1+PP1) e cinco votos a favor (PS2+PSD3).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Quero dizer que votei negativamente esta proposta por tudo o que foi invocado, não só pela minha bancada mas também por outras, lamentando porém que, devido a esta má fundamentação haja crianças, haja pessoas, que vão continuar à chuva e vão continuar ao vento. Nesta minha declaração de voto, quero também dizer que confio que, da parte da Câmara seja apresentada o mais urgentemente possível as condições necessárias para ser apreciada esta proposta e que se convoque uma sessão extraordinária para obviar esta situação que é tão grave para os municípios.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, votei contra a proposta, na medida em que não foram fornecidos à Assembleia elementos necessários para que ela se pronunciasse favoravelmente. Embora lamente, que não tenha havido um consenso suficiente para que esta votação se realizasse mais tarde nesta sessão.”

Vogal António Salavessa:

“Obrigado a votar pelo requerimento do CDS/PP, tive que optar pela rejeição do documento, por tudo o que afirmei na minha intervenção, e acreditando que esta Câmara pode trazer rapidamente este assunto à Assembleia Municipal.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, os que votámos contra esta proposta, conforme o demonstrámos, o rigor e a seriedade em todas as propostas que a Câmara aqui trouxe tem de ser uma constante. Sabemos da importância deste assunto, esperamos que a Câmara tenha aprendido a lição, e que brevemente aqui apresente nova proposta em condições.”

Vogal Armando Vieira:

“Eu abstive-me nesta questão, primeiro porque não estava ao corrente do debate que aqui ocorreu entretanto, e depois, percebendo que estava aqui uma desconsideração em relação a esta Assembleia (não faça cara de enfado Sr. Vereador Eduardo Feio). Esta questão vem na senda de muitas outras de desconsideração. Isto é uma prova daquilo que aqui ouvi. Com certeza que ninguém tem prazer em estar aqui a rir com uma questão seríssima do nosso concelho. Eu lamento que esta questão não tenha sido ultrapassada hoje. Devia tê-lo sido há um ano atrás porque é uma questão fundamental das nossas crianças e das nossas famílias menos capacitadas financeiramente.

Isto é prova provada Sr. Presidente, que pese embora a inflação de técnicos de Direito que V. Ex.ª tem motivado na Câmara de Aveiro, afinal as coisas continuam mal apresentadas - estas e muitas outras. Esta é uma questão que melindra muita gente, nomeadamente os funcionários que estão há muitos anos na Câmara, e que estão a ver mercados, controlados, por Estagiários de Direito e que de direito terão o “canudo”, mas ainda tem de fazer a sua escola.

Isto é uma das provas desta situação. Eu espero que o Sr. Presidente aproveite isto para tirar daqui as ilações.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Votei a favor nesta Assembleia Internacional, porque me pareceu que do ponto de vista da pedagogia formal estava feito, sendo que a pedagogia formal é por vezes importante e tem reflexos de natureza essencial - não me pareceu o caso; razão pela qual votei a favor porque atendendo ao que estava exactamente em jogo me pareceu de natureza urgente e pouco merecedor de um voto contra.”

PONTO N.º 5 - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM ARADAS E SANTA JOANA POR CDH.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião ordinária de 19/11/1999, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo.)

Presidente da Câmara:

“A proposta da Câmara, visa permitir a construção de vinte e dois fogos em Aradas e vinte e quatro fogos em Santa Joana, através do regime da habitação a custos controlados (CDH) Contratos de Desenvolvimento para Habitação.

Foi possível chegar a acordo com esta firma, empreiteiros Casais, e o acordo pode resumir-se do seguinte modo: por um lado a empresa é proprietária de dezasseis espaços de garagens no Centro de Saúde da Glória - que era um problema que estava há tempo por resolver. Portanto, cede à Câmara essa garagens avaliadas em trinta e cinco mil e cem contos e mais a quantia de vinte e quatro mil e setenta e cinco contos. Em contrapartida, a Câmara cede os terrenos necessários à construção dos fogos que referi, em Aradas avaliado em vinte e quatro mil duzentos e trinta e um contos e em Santa Joana avaliado em trinta e quatro mil novecentos e quarenta e quatro contos. Ficando para além disso com o direito de preferência para adquirir à empresa vinte e quatro fogos aos preços estipulados pelo INH, o que vai permitir pôr no mercado habitações a preços controlados e por outro lado na medida em que a Câmara exerça este direito de preferência em relação aos vinte e quatro fogos, colocar no mercado habitações a rendas sociais. Com isto damos resposta a uma das carências que todos sabemos existir em Aveiro. Eu referi na última Assembleia Municipal, que estavam contabilizadas cento e cinquenta barracas ou similares e, portanto, com este contrato, damos um impulso muito importante na resolução desse problema.

Desta vez, até a minuta do protocolo vem junto, portanto dispensava-me de continuar a apresentação até porque ela é suficiente em função dos elementos que foram apresentados. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, de facto esta história começou em noventa e sete com aquela surpresa que foi para Aveiro, um anúncio de venda de garagens e arrumos no novo Centro de Saúde, com os construtores a procederem a esse anúncio. Uma coisa completamente estranha, como é que numa obra de empreitada pública aparecia lá umas garagens e uns arrumos que depois o construtor ia vender aparte. Uma coisa que eu tive de denunciar e que o PCP denunciou na altura. E ao que parece é uma coisa que a Câmara agora se propõe resolver.

Mas se a Câmara se propõe a resolver, isso significa o reconhecimento de que os empreiteiros têm direitos sobre aquelas garagens. Se há aqui um contrato de permuta é porque a Câmara reconhece que uma empreitada de construção de um Centro de Saúde em Aveiro, deu para um empreiteiro ter lá uma propriedade. Isto para mim ainda não está claro. O Sr. Presidente dirá o que é que lhe parece. Por que é que a Câmara está obrigada a pagar ao empreiteiro?

Partindo do pressuposto de que a Câmara é mesmo obrigada a fazer isso, estamos aqui num esquema de: toma lá terrenos, dá cá as garagens, dá cá mais um dinheirito, dá-me habitação a custos controlados e algum direito de preferência; só que no meio destas várias operações fico mais uma vez completamente baralhado em relação ao que a Câmara traz aqui para aprovarmos. Digam-me, porque não está claro em lado nenhum. É o contrato, o estabelecimento do contrato de habitação; o protocolo? Digam o que é.

Eu esforcei-me bastante para procurar a razão e a única razão que me parece plausível não está invocada em lado nenhum. A única razão que me parece plausível é a de que a Câmara pede autorização à Assembleia para alienar dois terrenos que no seu conjunto valem cinquenta e nove mil cinquenta e nove contos ou seja o valor superior a mil vezes o índice cem da função pública. Trazem tudo, mas não nos dizem para o que é que pedem autorização. É mais uma vez uma proposta que não está clara, uma proposta que não aponta para o objectivo essencial. Mas para além de perguntar qual é o objecto da deliberação, não posso deixar de dizer se esta é a melhor opção ou seja, se a Câmara em vez de optar por este protocolo se tivesse colocado em hasta pública os dois terrenos não teria obtido melhores resultados financeiros do que aqueles

que consegue através do protocolo. E, esta dúvida, colocada por um vereador na reunião da Câmara, parece-me a mim uma dúvida que precisa de ser esclarecida. Porque se a Câmara tem um compromisso com o construtor resolve-o pagando, e para o pagar pode ir buscar o dinheiro através da hasta pública dos terrenos. Necessito de ter resposta a este pormenor, porque sobre a capa da habitação social podem acontecer coisas com as quais não estamos de acordo. Espero que a Câmara seja esclarecedora em relação a esta e outras questões.”

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Algumas das coisas que disse o Sr. Salavessa na parte final, eram algumas das coisas que queria pôr. Efectivamente, sendo o valor protocolado de venda de cinquenta e nove mil cento e setenta e cinco quatrocentos e oitenta, não sei se não teria de passar por uma hasta pública e fazer o pagamento da pretensa dívida aos empreiteiros. Mas gostaria de saber uma ou duas coisas adicionais. Em primeiro lugar, onde são os locais? É que o protocolo fala das plantas anexas, mas elas não foram distribuídas à Assembleia. Eu falo nisso, porque fala aí na zona dos Andoeiros e portanto, deve ser na minha zona. Não está perfeitamente definida qual é a rua, mas eu eventualmente pensarei que é o terreno que comprou o Manuel Madaíl; será? É que a rua nem sequer está feita. Os problemas são estes: primeiro, como é que vão construir num terreno que pelo PDM está interdito à construção? No PDM está permitida a construção até cinquenta metros da rua e em recente hasta pública a Câmara vendeu as pontas dos cinquenta metros. Segundo, qual é a área de implantação ao solo? Agora, gostava ainda que me explicassem, como é que vão caber lá os vinte e dois fogos; sendo certo que o desenho que eu inicialmente vi para lá estavam previstos oito fogos?! Portanto, as perguntas que eu faço são: onde são os locais? Concurso público teria de ser feito ou não? Área de implantação dos fogos? Como é que explicam vinte e dois fogos naquela zona? E depois, como é que está prevista a construção numa área em que está impedida a construção pelo PDM?”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Para dizer que se verifica neste ponto da ordem de trabalhos, se está a dar alguma razão ao meu companheiro de bancada Armando Vieira, o qual fala da desconsideração que nos últimos tempos se verifica em relação à Assembleia Municipal. Não me preocupa nada esta desconsideração a nível pessoal, mas como elemento eleito pelos aveirenses sinto a desconsideração uma vez que é uma desconsideração pelos aveirenses. De facto as propostas devem ser formuladas de forma a que as possamos apreciar com consciência, de outra forma nós seremos apenas decore democrático do município. Na verdade, depois do que disse o Dr. Raúl Martins, ficou bem evidente que nós votarmos neste momento esta proposta, é novamente votar em algo que não temos consciência do que se passa. Pelo que acabámos de ouvir e pelas confusões a que se prestaram esta tal rua dos Andoeiros, leva-me de facto a pensar se não será pouco impróprio da nossa parte estarmos a decidir sobre um documento que não traz os elementos necessários para a sua análise profunda.”

Vogal Nuno Tavares:

“Só uma intervenção muito breve, depois de ter ouvido as intervenções interessantíssimas, particularmente do Sr. Salavessa, a quem realmente felicito pela forma directa, inteligente, como abordou esta questão. Eu limitar-me-ia a dizer o seguinte: depois de ter ouvido o Dr. Raúl Martins, que deixou de algum modo implícito o seu pesar, por ter uma belíssima moradia naquela zona da rua dos

Andoeiros, agora está realmente um tanto amargurado por ver surgirem assim à porta de casa um bloco de habitação social de vinte e tantas habitações.

Eu nada tenho contra a habitação social, a não ser que, a própria designação de social surge como uma carga perjurativa o que eu francamente abomino. Só queria deixar este apontamento. É que de facto, esta mistura de tipos de habitação, leva-me mais uma vez a constatar que desde o início, também em matéria de habitação, não houve nunca (e aqui a culpa não é para este Executivo) uma filosofia, um projecto, uma ideia, acerca do que deve ser Aveiro. É isso que mais uma vez eu constato, com bastante tristeza o faço, na medida em que, também como repetidamente tenho acentuado, há males acumulados ao longo dos anos e que são males irreversíveis porque não há maneira de remediar ou remendar esse mal, mas apenas de o ir corrigindo a pouco e pouco.

Era isso que eu me permitia de pedir à Câmara. Era que, também neste aspecto, no domínio da habitação, parasse para pensar e para estudar ou para eger uma filosofia ou uma lógica, também deste problema da habitação em Aveiro.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Sr. Presidente, não vou repetir o que já foi dito nesta sala, até porque já fui esclarecida pelo deputado Raúl Martins quanto a certas dúvidas que eu tinha. Chumbei a proposta dos abrigos que me parecia bem mais simples do que esta; não posso votar a favor desta, dado que não sei o que está implícito nisto.

Nesta Assembleia passa-se eternamente a falar mal do antigo Executivo, quando afinal de contas este foi renovado e continua a cometer os mesmos erros para com esta Assembleia. Tenho dito.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“A questão é delicada e também eu tenho algumas dúvida sobre a posição que irei assumir. Só depois de ouvir os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, é que decidirei em definitivo qual será a minha posição. Mas à partida e com os dados que possuo ela será no sentido da votação negativa a esta proposta. E porquê? Para bem do próprio.

Porque é obviamente uma pessoa séria, penso que é uma pessoa cautelosa, e não merece que sobre ele parem dúvidas de uma herança. Algumas questões e algumas situações que deixaram nuvens, passo a injustiça, porque o esclarecimento ou a falta dele, fará com que não se saiba se temos ou não razão em relação a medidas assumidas pela anterior Câmara. Um desses casos, é o caso das celeberrimas garagens envolventes ao Centro de Saúde. Todos nós estamos ainda para perceber exactamente o que é que possibilitou aquela situação e até que ponto é que não há ali negócios nulos ou anuláveis. Isso não foi esclarecido. E, não tendo sido esclarecido, se nós votarmos hoje favoravelmente essa situação, sem que o Sr. Presidente nos diga aqui, que procedeu a um inquérito rigoroso e que do ponto de vista jurídico tudo fez para anular semelhante negócio e não o conseguiu, é evidente que nós não podemos votar a favor sobre pena de transmitirmos para si, a imagem sombria de negócio mal explicado que são aquelas garagens. Peço portanto que me diga: esclareceu ou não? Não esclareceu, peço que vá esclarecer. E se tiver que arcar com o ónus e fazer o negócio que está a fazer agora, nós vamos com certeza perceber que temos de votar a favor, porque é essa a última solução que nos resta de um erro do passado. Mas queremos e não podemos prescindir, para seu próprio bem, desse esclarecimento.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Eu confesso, que realmente vinha para dizer bem desta proposta. Eu entendo que o Executivo, quando não tem meios faça permutas. E a permuta é um meio correcto e legítimo de resolver situações de carência financeira.

A questão que agora aqui se traz de ocultar outros vícios, de situações que não são tão límpidas como isso, que se venha agora clarificar se isto é ou não é do passado, já nos basta. Já lá vão três anos deste Executivo, se algo estava mal que tivessem já resolvido o problema porque tiveram mais do que oportunidade para isso. Portanto, eu tenho como líquido que as garagens que o Executivo procura agora adquirir são do proprietário legítimo que está no protocolo. Esse é o tema que está aqui em apreço, não é outro.

Agora, já fico perturbado, mas folgo em ter aqui um vizinho do empreendimento, porque a minha primeira preocupação é esta: é ou não a Câmara a definir a toponímia? Desde logo que nós vemos aqui um erro crassíssimo e que induz em erro os membros desta Assembleia. A própria Câmara não consegue fixar nos documentos que nos traz, a exactidão do local - isto é grave.

Depois temos aqui a questão do PDM. Esta é muito grave. Evidentemente que eu parto do princípio que se a Câmara traz aqui este assunto, não me passa pela ideia que a Câmara venha para aqui apresentar propostas violadoras do PDM. Eu nem me atrevo a qualificar este erro. A Câmara deve esclarecer isso, porque se o PDM não permite ali construção, então a Câmara deve declarar nesta Assembleia que se enganou e declarar ela própria que a proposta seja chumbada.

Em segundo lugar, foi aqui dito pelo Dr. Raúl Martins, e ele deve conhecer em pormenor a envolvência deste caso, que em redor deste terreno a predominância são moradias. Eu recordo que para o local não existe Plano de Pormenor aprovado. E há uma regra sagrada neste PDM, quanto a cérceas: se o Plano permitir construção a cércea é da tipologia dominante no local. Portanto, se lá existem moradias não pode haver construção em altura.

Portanto, a Câmara que esclareça se quer ou não violar a regra sexta do PDM, ou se realmente a construção dominante ali é outra. Isto sem embaraço de eu ver com bons olhos que se construa habitação social em muitos sítios - construção de qualidade a preços que possam ser acessíveis às pessoas em geral.

Levanto ainda outro problema. Eu gostava que esta proposta viesse acompanhada de um estudo de quais as carências habitacionais de Aveiro e quais as formas como pensa pôr-lhe cobro. Eram estas as respostas que eu gostava de obter da Câmara.”

Presidente da Câmara:

“Estou francamente surpreendido com as dúvidas que foram colocadas, mas compreendo e vou tentar esclarecê-las.

Em primeiro lugar, é de facto uma questão que vem do passado. É uma questão que herdámos, nós não estamos há três anos na Câmara, ainda não fez dois, mas esta foi uma dívida que vinha de trás e que se relaciona com a construção do Centro de Saúde da Glória. A verdade, é que nunca chegou a ser pago ao empreiteiro a construção daquelas garagens, que por força da alteração do projecto inicial e das características do terreno, a certa altura tiveram que ser feitas. O crédito estava reconhecido pela Câmara anterior, nunca foi pago, e nós as diligências iniciais, e durante vários meses aliás, que fizemos porque nos parecia até certo ponto normal, foram no sentido de ser a Administração Regional de Saúde a adquirir aquele espaço, por forma de dotar o Centro de Saúde de garagens e arrumos na cave. Acontece que a resposta foi negativa, a Administração Regional de Saúde não estava interessada na aquisição daquele espaço. E a partir daí, começamos a mudar o rumo das negociações e tínhamos que pagar esse crédito. Entretanto, surgiu de facto, na sequência do tal estudo que mandámos elaborar das carências de habitação no concelho, a possibilidade de se recorrer a estes Contratos de Desenvolvimento de Habitação a custos controlados. E, havendo um crédito desta empresa Casais sobre a Câmara, podia fazer-se a permuta e portanto, minorar o custo que seria necessário.

Mas voltando um bocadinho atrás para esclarecer o Sr. Salavessa. De facto isto vem aqui porque ultrapassa os limites dentro dos quais nós temos legitimidade para alienar sem vir à Assembleia. Talvez pudesse vir mais explícito, mas de facto estão a tentar verificar todas as faltas de fundamentação explícita, mas todos conhecem os limites que estão na Lei e, portanto, pareceu-me que isso seria claro a razão de ser de nós trazermos aqui a necessidade de esta Assembleia autorizar a alienação dos dois terrenos.

Agora, a questão da hasta pública suscitada pelo Dr. Raúl Martins. Justamente nos casos em que há necessidade comprovada, em que existem barracas ou similares, a Lei dispensa a realização de hasta pública e permite o ajuste directo. Foi com base nessa disposição legal, que avançámos por esta via, que nós permitia por um lado resolver o problema das garagens e por outro lado avançar para a construção neste regime. Quanto às observações colocadas dos locais. Peço desculpa, mas os locais estão suficientemente identificados pelo nome das ruas. Peço desculpa, mas não é erro da Câmara. Nós não podemos é fazer mais do que fazemos, porque como o Dr. Raúl Martins chamou à atenção a rua tem de ser prolongada. É só essa a razão. Portanto, os nossos serviços quando identificaram acharam normal identificar pelo nome que tem agora. Está perfeitamente identificado e portanto, julgo que aí há um exagero na crítica que é feita.

De resto, é evidente que o PDM não interdita a construção. Como sabem, sempre que está em causa habitação social, é possível construir-se habitação social mesmo em zona agrícola e florestal, porque a Lei presume e di-lo expressamente de que a habitação social é merecedora de um regime especial.

Eu tenho que repetir isto. Já aqui foi dito várias vezes que isto é uma desconsideração pela Assembleia - convém talvez dizê-lo politicamente, mas por mais que o repitam eu vou continuar a desmenti-lo. Não há desconsideração nenhuma pela Assembleia. Penso que esta proposta vem bem fundamentada, e mesmo que não viesse não implicava nenhuma desconsideração pela Assembleia, que seria grave do nosso ponto de vista. Estamos aqui para respeitar a Assembleia, mesmo que as propostas tenham um ou outro ponto omissos.

Quanto às plantas. Eu julgo que não teriam que vir - com franqueza. Estamos a pedir uma alienação de terrenos, que noutras circunstâncias poderia vir em branco, sem ter que vir com a implantação das casinhas e dos lotes. Isto tem a ver mais com o protocolo do que com a informação que tinha de vir à Assembleia, não é por aí que a omissão é relevante.

De resto, e respondendo à preocupação do Dr. Nuno Tavares - que cidade é que estamos a construir colocando habitação social junto a moradias? Nós temos uma estratégia, que é justamente a de distribuir a habitação social por pequenos núcleos, sobretudo e se possível, em todas as freguesias e não afastando os moradores dos locais habituais. É essa a estratégia. Portanto, um pequeno núcleo como este de vinte e tal fogos em duas freguesias, que ainda por cima é rematado por moradias de qualidade, penso que não se criam grandes concentrações de habitação social que podem multiplicar os problemas, não se estigmatizam os bairros, introduz-se convívência de várias tipologias urbanas que penso é saudável. E a zona de que estamos a falar tem moradias belíssimas, tem outras de qualidade intermédia e estas são de boa qualidade, porque como sabem a habitação a custos controlados permite fazer coisas de muita qualidade. Portanto, é esse o critério que temos vindo a seguir.

Resumindo, eu penso que a autorização seria de aprovar uma vez que os interesses do município são bem defendidos com esta operação que se propõe. Salda-se um crédito muito antigo, consegue-se uma construção num prazo muito curto de quarenta e oito fogos em duas freguesias que deles estão bem carecidas e com isso resolvemos também um problema social. As outras dúvidas que surgiram creio que as esclareci suficientemente, penso que respondi a todas as questões.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“O Dr. Raúl Martins indagou se de facto era uma área onde de acordo com o PDM, não se podia construir. O Sr. Presidente da Câmara disse que era uma área onde se podia construir, mas logo a seguir disse: como se sabe, para construção social muitas das vezes até pode suceder que em terrenos de aptidão agrícola se pode construir. Eu fiquei com a seguinte dúvida: definitivamente, é uma área onde se pode construir ou por ser habitação social é que se pode construir? Fiquei na dúvida Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara :

“Pode-se construir de facto em cada um dos topos deste terreno. Estão vendidos lotes de habitação normal digamos assim, e no miolo, que é uma zona abrangida pelo perímetro florestal terá de ser habitação de cariz social. Portanto, é uma oportunidade que temos que aproveitar justamente por ser abrangida pelo perímetro florestal.”

Vogal Raúl Martins:

“Agora há um outro problema, que é o seguinte: eu desejava algumas informações complementares que são as seguintes. Alguém leu o ponto da ordem de trabalhos que estamos a discutir? É que o ponto da ordem de trabalhos diz: construção de habitação em Aradas e Santa Joana por CDH. É isso que nós estamos a discutir?

Disse o Sr. Presidente da Câmara, que no caso de se substituir barracas se pode fazer esta construção. Eu gostaria de saber quais são as barracas situadas em Aradas, que esta construção vai substituir?

Segundo. De facto, o lugar não está identificado. Está identificado em traços gerais como os Andoeiros. Só que já não existe os Andoeiros, tem o nome de rua Padre Manuel da Rama. E se isto é no prolongamento da rua Padre Manuel da Rama, certamente não se chamará rua dos Andoeiros.

Outra coisa esquisita aqui, é que diz que a Câmara deve trinta e cinco mil e cem contos. Depois, para fazer o negócio da parte contrária vende ou cede um terreno, de trinta e quatro mil novecentos e quarenta quatro contos e outro de vinte e quatro mil duzentos e trinta e um contos?! Parece que da lógica - são trinta cinco mil e cem - cediam trinta e quatro mil e novecentos e entregavam mais mil contos. Para quê juntar a este negócio mais terrenos no valor de vinte e quatro mil duzentos e trinta e um contos? Qual é a grande razão?

Uma última referência para o problema das plantas. Eu penso que nestes casos a apresentação das plantas é sempre obrigatória.

Uma última nota. Isto penso que até pode defraudar as legítimas expectativas de quem comprou os terrenos ao lado. Porque há dias foram feitas as hastas públicas pela Câmara das pontas, e eu estive nessa hasta pública, e os lotes das pontas foram vendidos por valores que se aproximaram dos dez mil contos cada um. O que estava previsto para o miolo era a construção de oito habitações sociais, agora as pessoas que compraram os terrenos por dez mil contos cada lote de quatrocentos metros, vê ao lado nascer um bairro com vinte e dois fogos!?! É uma coisa perfeitamente distinta e, de facto, não me parece que seja muito correcto.”

Vogal António Salavessa:

“Ora aqui está um ponto, que depois da intervenção que fiz, foram acrescentados muitos outros pontos encima. Parece que está aqui um problema muito mais complexo do que aquele que eu vislumbrava de início, e a resposta do Sr. Presidente da Câmara não satisfaz nem as questões que outros deputados colocaram nem a questão mais ligeira que eu tinha apontado.

De facto, o Sr. Presidente pode entender que nós os membros desta Assembleia, que somos pessoas competentes, que somos pessoas capazes, e que devemos adivinhar nas entrelinhas o objecto da deliberação que não está explicitado. E então como somos sábios, devemos entender que afinal, o que estávamos aqui a deliberar, não era a construção de habitação social em

Aradas e Santa Joana, como consta do ponto da ordem de trabalhos, mas não uma alienação de terrenos no valor de cinquenta e nove mil contos. Mas nem na ordem de trabalhos, nem na própria deliberação camarária, somos remetidos para o conteúdo concreto da deliberação.

Quer dizer, esta Assembleia só poderá tomar deliberação se logo na acta em minuta lá aparecer: esta Assembleia decidiu aprovar (se aprovar, porque se não aprovar não é preciso estar em acta) a alienação dos terrenos tal e tal, por este valor. Mas o que diz na deliberação da Câmara é que: posto à votação o protocolo em análise foi o mesmo aprovado, etc, etc,... o documento agora aprovado deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal. Este é o campo da competência do Executivo aprovar este protocolo, a nossa competência é outra. Já disse que não está explicitado em lado nenhum.

Agora, no decorrer das intervenções de outros membros, o Sr. Presidente invocou a não necessidade de hasta pública pelo facto de haver barracas. Ó Sr. Presidente, talvez tenha agora percebido o porquê de ter sido feito o tal levantamento a justificar a existência de barracas. Pensei que fosse uma preocupação profunda, genuína, de conhecer a situação da habitação social no concelho, mas afinal foi uma questão muito mais pragmática, muito menos profunda. Foi a de saber se havia maneira de fugir à hasta pública e avançar para um ajuste directo.

Sr. Presidente, o pressuposto de que a habitação é para eliminar barracas, quando temos perante nós é um contrato de desenvolvimento em CDH, em que é o construtor que vende e nem sequer há a certeza de que a Câmara venha a ficar com parte das habitações porque não está feito um contrato em relação a esse direito de preferência; quer dizer, nós podemos chegar a uma situação em que foram criados “n” fogos - o que é positivo, mas nem uma das barracas existentes foi demolida porque não houve realojamentos. Portanto, é invocada a existência de barracas para fugir à hasta pública, quando não existe nenhuma garantia de que a construção leve à demolição de uma única barraca.

Já vamos com “barracas” a mais para esta noite, nesta segunda-feira negra do Executivo Municipal.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Duas dúvidas. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos mostra-se claramente onde é que diz no PDM - é permitida construção. E mais, onde é que diz que é permitida a construção na RAN de construção social. Onde é que isso está escrito? Sr. Presidente tem de nos mostrar isso, sobre pena de nós em consciência votarmos este protocolo.

Em segundo lugar, qual é o prazo para a construção desta habitação social? O Sr. Presidente atira para cima da mesa o argumento da urgência e quando há um argumento de urgência é porque é realmente urgente e que está efectivamente preocupado com a gente que mora naquelas barracas (que eu não sei quais são), qual é o prazo para a construção desta habitação social. Onde está escrito qual é o prazo que o senhor tem de construir os vinte e dois fogos? Se é até dois mil e um, ou dois mil e dois, ou até ao dia de são nunca. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara:

“Começando pelo fim, pelo deputado Diogo Machado. Se tivesse lido com mais atenção, teria visto que o prazo vem estipulado na cláusula oitava - dezoito meses.

Depois quanto ao PDM, como sabe, à face da nova Lei, os nossos técnicos têm de se responsabilizar pela legalidade da informação que prestam ao Executivo e, a informação que nos foi dada é que a construção é possível. E não estaríamos aqui se tivéssemos a menor dúvida sobre isso.

De resto, eu queria dizer que, nesta fase como bem compreendem não podemos identificar as barracas que vamos substituir. Nós temos uma lista de prioridades que temos de respeitar. Temos critérios que definem a atribuição das casas novas, e é em função dos dados que

constarem dessa lista e da data em que tiverem prontas as casas, que nós podemos ir eliminando as tais barracas.

Agora, dúvida do Dr. Raúl Martins; porque é que se juntou uma operação a outra. Pela razão mais elementar deste mundo. É que nós precisamos de habitação de cariz social, e se tínhamos ali a possibilidade de em vez de vinte e duas fazer quarenta e oito - excelente; não íamos deitar fora a oportunidade.

Quanto às plantas, eu também estou convencido e torno a reafirmá-lo, que as plantas não têm que vir a esta Assembleia. De resto a Câmara tem competência em matéria de loteamentos, faz as plantas segundo os pareceres dos técnicos. O que é suficiente é que os terrenos venham bem identificados. Não estão bem identificados?! Eu apetece-me perguntar quem é que tem dúvidas nesta Assembleia sobre a identificação destes terrenos? Eu não sei se é noite de “barracas” se é noite de um circo montado; com todo o respeito. Estamos a levantar dúvidas que não são consistentes. Eu gosto muito de críticas fundadas e sérias. Mas, virem dizer-me que os terrenos não estão suficientemente identificados, quando eles até vêm com o nome da rua, parece que ultrapassa os limites do razoável.”

Presidente da Mesa:

“Peço desculpa. Os Srs. deputados recebem isto com antecipação razoável para poderem deslocar-se à Câmara e poderem consultar os mapas. Não estou a dizer que não tenha de vir mais bem instruído; não estou a dizer isso. Na dúvida, se vier apenas razoavelmente instruído têm essa possibilidade. É por isso que os documentos são distribuídos com antecipação. Talvez a câmara devesse trazer para aqui uma planta, mas os Srs. deputados também estão a ser particularmente exigentes, porque tiveram a oportunidade de se informarem mais preciosamente.”

Presidente da Câmara:

“Só para concluir. As pessoas que compraram os lotes que terá atingido dez mil contos. Enfim, compraram-nos em hasta pública sabendo que podia de facto acontecer o aparecimento de outro tipo de habitação. Não vejo que isso seja relevante. A nossa política é a de proceder a uma distribuição e a uma junção de diferentes tipologias, não vejo que isso constitua um problema suficientemente forte, em todo caso, para pôr em causa a localização da habitação deste cariz. Muito Obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Diogo Soares Machado.

“Gostava Sr. Presidente, que através de si ou através da Mesa, fosse colocada ao Sr. Presidente da Câmara, a questão sobre a identificação correcta do nome da rua onde se vai situar este empreendimento de habitação social. É um pedido de esclarecimento creio eu que pertinente. Em segundo lugar, gostava de saber, por mais heterogénea que seja a política de disseminação de focos de habitação social deste Executivo, presumindo eu que sei qual é a rua, explique-me Sr. Presidente se tem alguma lógica numa zona de habitação de elevado custo, introduzir habitação social? Digam-me se isto não é claramente potenciar possíveis clivagens. É só isto.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu gostava apenas que o Sr. Presidente da Câmara me dissesse, quais os terrenos livres que existem neste momento na rua João Evangelista Lima Vidal, que está referido no protocolo. Muito Obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Muito rapidamente. De facto querem fazer disto uma questão fundamental, estão no vosso direito, mas eu gostava de dizer o seguinte: eu lamento muito que o Sr. deputado Diogo Machado, não tenha mais imaginação para admitir que um loteamento municipal se possa fazer num terreno que ainda não tem rua aberta. Mas é um problema seu e tenho que respeitar.

Não me interrompa por favor, que eu também não o interrompi. Obviamente Sr. deputado, um prolongamento de uma rua é uma coisa que ainda não existe.

Depois, não sei onde está a querer chegar. Não sei se está a dizer que as pessoas que vivem na rua Mário Sacramento têm problemas com o Bairro de Santiago ou que a Universidade tem problemas com o Bairro de Santiago - parece-me um absurdo completo.

Quanto à questão do Prof. Henrique Diz, a questão teria alguma pertinência se tivesse dúvidas sérias sobre a localização do terreno. Mas a Câmara não tem na rua João Evangelista Lima Vidal mais nenhum terreno com a área que ali vem identificada. Admito que não estou a dar a resposta toda, mas estamos a pedir à Assembleia a alienação destes terrenos e portanto, julgo que isso deve ser suficiente. Mas não tenho problema nenhum em especificar mais esta informação se a Assembleia considerar que isso é absolutamente necessário para autorizar a Câmara a proceder à alienação.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Nós bancada do Partido Popular, somos extremamente sensíveis, como aliás demonstra a obra feita em vinte anos de mandato, e porque não queríamos que esta proposta saísse daqui vexada, se esta Assembleia estiver de acordo, que se altere a ordem de trabalhos para que as informações que aqui foram pedidas possam ser prestadas pela Câmara, para que todos possamos sair daqui elucidados e votar em consciência esta proposta. Porque acredite Sr. Presidente da Câmara, que é isso que nós queremos fazer.”

Presidente da Mesa:

“Esta proposta é viável, credível, desde que não haja oposição de ninguém neste parlamento municipal. Alguém se opõe?”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente. Lamento imenso, que a proposta que eu fiz relativamente a outro ponto, e que eu fiz e que me parecia importante, lamento que dessa vez houvesse uma metodologia e que agora haja outra - acho que isso é estranho.”

Presidente da Mesa:

“Metodologia tem a ver com a instituição. Da Mesa não há diferença de metodologia - não há. Não há porque, num trata-se de um requerimento, no outro foi uma sugestão.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à consideração da Assembleia, que a votação deste tema transite para depois do outro ponto. Colocado à votação foi o mesmo rejeitado com um voto contra.

Continuando colocou à votação o ponto n.º 5 - Construção de Habitação Social em Aradas e Santa Joana por CDH, sendo o mesmo rejeitado com catorze votos contra (PS4+PSD7+PP2+PCP1) onze abstenções (PS4+PSD3+PP4) e quatro votos a favor (PS2+PSD1+PP1)

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal António Salavessa:

“O voto contra foi determinado pelos elementos trazidos à discussão por outros membros da Assembleia Municipal e pelo finca-pé da Câmara do não reconhecimento das lacunas e dos erros que estiveram associados a isto. Esperando que estas duas votações já ocorridas conduzam a uma alteração profunda no tratamento da informação dos pontos apresentados pela Câmara a esta Assembleia.”

Vogal Teresa Fidélis:

“Eu votei contra, por constatar uma continuada e insistente falta de transparência, clarificação e fundamentação prévia, do processo em discussão nesta Assembleia. Facto que entendo como contrário aos propósitos iniciais (que aliás lembrei na última sessão) de mudar e inovar os processos de tomada de decisão por esta Câmara Municipal.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Pela primeira vez votei contra uma proposta da Câmara deste Executivo, no caso por continuar sem ver esclarecida a razão da necessidade efectiva de pagamento a este empreiteiro. E posto que não me foi ainda esclarecida a análise jurídica do caso e até que ponto é efectivamente necessário a este Executivo arcar com uma responsabilidade desta natureza. Votei ainda contra, porque dos elementos trazidos a esta Assembleia, parece à partida resultar um custo excessivo para garagens na zona a que nos reportamos; uma zona onde existem várias garagens à venda por preços bastante baixos. Nestas circunstâncias, não vendo esclarecida a situação, que não ponho dúvida seja séria e correcta, fui forçada a votar contra.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu votei contra, lamentando ter que o fazer quando estão em causa a construção de habitações sociais. No entanto, penso que o Executivo nos traz uma proposta mal elaborada, mal fundamentada, e que não contribui de forma alguma para a clarificação e a transparência que deve haver nos processos das entidades públicas. Por outro lado, penso também, se o Executivo tem o desejo de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas cento cinquenta barracas que conseguiu identificar até esta altura, deve apresentar um plano concreto para a sua eliminação.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Sr. Presidente, abstive-me, por entender que o debate não foi suficientemente profícuo e que o decorrer dos trabalhos acabaram por mudar o meu sentido de voto que inicialmente seria de favorável.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. presidente se há situação que me é cara desde sempre é a habitação social. Eu estou bastante triste hoje aqui por verificar que coisas tão importantes não estão a passar por claríssima deficiência dos serviços municipais.

Bem, quando nós temos tantos problemas que nos afligem, pese o facto de ambiente festivo que a nossa cidade vive, eu devo dizer aqui ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: na noite de Natal, quando estava para me sentar com a minha família à mesa, tive que ir inventar para instalar uma família. O que só vem confirmar tudo aquilo que lhe venho dizendo. Porque tudo isto devia ser para ontem. É lamentável que assim seja.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Com a permissão da autora e pedindo desculpa pela liberdade, gostaria de fazer minhas na íntegra as palavras da senhora deputada Teresa Fidélis. Acrescentando, que num assunto tão

concreto, tão vital, para estas famílias envolvidas, o ónus da responsabilidade cai claramente sobre as costas da Câmara. Porque todos nós nesta Assembleia somos pessoas de bem, todos nós queremos ver as barracas fora do nosso concelho para sempre. Mas também, nós queremos ver as coisas apresentadas com clareza, com exactidão, com rigor e acima de tudo, o que aqui se passou hoje, esperámos que constitua uma enorme lição de entre outras de humildade, para quem tem a enorme responsabilidade de gerir os destinos do município tenha ao mesmo tempo a humildade suficiente para saber que outros foram eleitos para fiscalizar a sua acção.”

PONTO N.º 6 - EURO 2004: ESTADO DA PREPARAÇÃO, FINANCIAMENTO E CONSEQUÊNCIAS PARA O CONCELHO

Presidente da Mesa:

“Este ponto foi agendado por proposta do deputado do PCP, ao abrigo da nova legislação. Penso que tinha cabimento a inclusão deste tema, e devo confessar que tive a preocupação de informar a Câmara de que estava a pensar integrar este ponto na ordem de trabalhos. Dado este pressuposto, tem a palavra o Sr. António Salavessa.”

Vogal António Salavessa:

“No PCP, decidimos propôr o agendamento nesta Assembleia de um ponto relativo ao EURO 2004, porque entendemos que esta Assembleia merece uma palavra desenvolvida por parte da Câmara, no que diz respeito às razões que levaram à opção pela candidatura. E, saber qual é o estado dessa candidatura, que formas de financiamento é que a câmara prevê conseguir, e quais as consequências que se prevêem para o distrito em relação a essa iniciativa. É evidente, que a realização do EURO 2004 em Aveiro é para nós um motivo de satisfação, que não haja qualquer dúvida a esse respeito, mas não só entendemos que é um motivo de satisfação como também um desafio que é colocado a todos os aveirenses. À volta da realização do EURO 2004 há todo um conjunto de problemas que, mais do que problemas, são uma oportunidade de concretização de objectivos assumidos e definidos, nomeadamente, ao nível do Plano Estratégico da Cidade.

Mas ao propormos este ponto, fizemo-lo porque entendemos que é necessário que esta comunidade esteja devidamente mobilizada, empenhada, capaz de reflectir sobre aquilo que há a fazer, planificar, calendarizar acções, e executar aquilo que há a fazer no tempo necessário. Nós estamos a falar não só no estádio que vai custar cerca de seis milhões de contos, mas também de um conjunto de investimentos que a Câmara já anunciou como sendo investimentos âncora que atingirão no seu conjunto os dez milhões de contos, da qual só apenas uma pequena parte é oriunda do Orçamento de Estado. Mas há logo aqui um pequeno problema a resolver, mas além desta situação, penso que as infra-estruturas hoteleiras que terão de ser criadas, as acessibilidades que deverão existir, a promoção de uma imagem urbana adequada para o momento em que seremos visitados por largos milhares de pessoas; devemos trabalhar para que a realização do campeonato seja ponto para onde confluem todos estes objectivos parcelares, que ao serem concretizados alterarão de forma significativa a qualidade de vida dos aveirenses. Assim sendo, é-nos difícil perceber, como é que um projecto desta dimensão não foi ainda objecto de uma discussão alargada na cidade e nesta Assembleia Municipal! A decisão da atribuição do EURO 2004 a Portugal e a Aveiro, é do início de Outubro; já lá vão quase três meses sem que o assunto aqui tenha vindo.

Isto é, a Câmara ou o seu presidente, avançaram para um projecto de candidatura, desenvolveram toda uma série de ideias associadas, até já estão a lançar concursos públicos para obras sem que esta Assembleia tenha dito uma única palavra em termos de decisão ou de discussão.

Nós pretendemos exactamente não ser encostados à parede com deliberações de que tem de ser assim, porque já não pode ser de outra maneira porque senão o EURO vai para outro lado. É

para evitar isso que queremos este assunto discutido. Nós temos uma concepção para o município de uma democracia participada, e entendemos que está ultrapassado os tempos dos “déspotas iluminados”.

Portanto, não pode haver um comportamento de “déspota iluminado” no que diz respeito a situações destas, porque mais cedo ou mais tarde há deliberações concretas que vão ter de vir a esta Assembleia. Nós teremos de aprovar os Planos de Actividades onde estarão incluídos as partes do orçamento destinados ao EURO, nós teremos de aprovar os empréstimos para o financiamento, nós teremos de aprovar (se for caso disso) a participação da Câmara em empresas que façam a gestão de equipamentos, etc., etc. Nós teremos de ser ouvidos para a alienação do Estádio Mário Duarte para a Universidade. Quer dizer, há toda uma série de decisões para as quais é incontornável a participação da Assembleia. Então porque não se discute a tempo? Antes de sermos chamados a tomar estas decisões.

É por este conjunto de razões que propusemos o debate. É por este conjunto de razões que queremos ouvir a Câmara Municipal sobre este ponto.”

Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, e felicito-o pela iniciativa. Acho que o tema tem relevância.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Só para dizer que em termos genéricos manifestamos o nosso apoio à sugestão apresentada pelo Sr. António Salavessa. Parece-nos bastante importante debater-mos este assunto. Aliás, já antes da ordem do dia outros assuntos, nomeadamente, quando se falou da área metropolitana de Aveiro, nós achamos que devia ser debatida aqui e até em grupos de trabalho - o que não foi possível. Mas achamos que tudo o que seja debate em torno do desenvolvimento da nossa cidade, me parece bastante importante.

Creio que, o debater aqui assuntos relacionados com o EURO é de extraordinária importância. Não podemos perder. Esperamos que quando tivermos de decidir nos apresentem aqui estudos económicos bem feitos, bem fundamentados, em que o retorno dos investimentos sejam clarificados para todos compreendermos que valeu a pena não só ficar com novos equipamentos, mas também com o retorno dos investimentos.

De qualquer forma, em termos genéricos parece que todos concordamos que é importante que parte desse EURO 2004 seja realizado aqui nesta cidade, e também é verdade que na base desta decisão esteve uma equipa de portugueses que trabalharam nesse sentido, e entre elas esteve um aveirense. Esse aveirense que se chama Gilberto Madaíl, esteve presente, trabalhou também nesse sentido, e como aveirense que é eu permitia-me apresentar já na Mesa, tendo concordado que fosse transferido para este ponto da ordem de trabalhos, uma Moção de louvor pela participação que teve nesta decisão do EURO 2004 se realizar em Aveiro. Está presente na Mesa.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Acho que o debate sobre o tema agendado tem perfeita pertinência. E eu realmente saúdo o promotor do debate e lamento, que não tenha sido a Câmara a trazer o debate e que tenha sido um membro da Assembleia.

Realmente o EURO 2004 é um acontecimento importantíssimo para a cidade de Aveiro. Não pelo EURO 2004 em si, mas pelos seus antecedentes e pelas consequências que traz para Aveiro. Naturalmente, a infra-estruturação necessária. Porque o EURO 2004 vai desenvolver-se num conjunto de protagonistas que virão a Aveiro, mas há que preparar e há que deixar um conjunto de infra-estruturas que naturalmente irão beneficiar Aveiro.

Mas eu volto a estranhar que até agora a Câmara não nos tenha dito nada - se é que fez alguma coisa? Porque seria na Comunicação do Sr. Presidente dizer-nos as diligências concretas que

tem vindo a fazer neste sentido. Eu alio este acontecimento a um outro, que é a Europa dos Pequenitos. A meu ver é uma coisa com importância semelhante. E hoje já ouvimos no puxar desta obra para a Figueira da Foz. Eu ainda há dias formulei aqui uma série de perguntas ao Sr. Presidente, diligências concretas que tenha feito, e o Sr. Presidente disse que «está a correr tudo bem». Mas está a correr tudo bem, sinceramente não chega.

Voltando ao EURO 2004, eu acho útil o debate e acho útil que a Câmara traga esse assunto e nos vá dando conta do que vai fazendo. Portanto, nessa linha eu acho excelente que o debate aqui tenha sido trazido.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Em primeiro lugar, gostaria de me congratular por estarmos a discutir este tema que é de importância vital para as infra-estruturas desportivas do concelho e que vai mexer com muita coisa. E, a grande questão que se coloca aqui, é como tudo isto vai ser dirigido e articulado. Como é que tudo isto vai ser estruturado, como é que tudo isto vai ser pensado. Por quem; como; de que maneira; de que forma? Certamente que Lisboa e a Organização do Euro 2004 já devem ter isso mais ou menos pensado. Eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara, se nos pudesse explicar se vai haver alguma estrutura local em cada cidade sede e se o Executivo camarário, de alguma forma, como entidade interessada na construção de um dos estádios, se vai ter alguma mão nisso. E gostaria de dizer já de antemão, até pela nossa natureza de aveirenses, de polémica e de outras coisas mais que nos caracterizam, é sempre complicado nomear alguém, e gostaria que houvesse algum cuidado nisso. Estou a fazer um alerta, para que essa pessoa fosse um aveirense acima de qualquer suspeita; um aveirense à Mário Soares. Um aveirense que fosse supra aveirense, um aveirense supranacional.”

Vogal Capão Filipe:

“Permita-me também, congratular-me, por este facto de discussão, e nesta oportunidade sobretudo realçar que mais uma vez Aveiro conseguiu um facto relevante para a sua história à custa de mérito próprio. Isto é, se não houvessem os critérios objectivos, que presidiram à escolha das sedes em termos nacionais, objectivos que por exemplo levaram a que a cidade de Aveiro tivesse sido opção para sede de determinados serviços como hipermercados, etc.. Ainda bem que o critério nacional de opção pela sediação dos diferentes grupos, foram critérios objectivos e não foram quaisquer outro tipo de critérios. Isso permitiu e permitirá a Aveiro, nessa atitude colectiva que devemos ter, que sempre que em Portugal se realizar algum tipo de opção em que haja mérito próprio Aveiro será sempre ganhador. E o EURO 2004 foi isso mesmo. Aveiro venceu por mérito próprio, e aqui encaixo o Dr. Gilberto Madaíl, que é uma grande honra para Aveiro, porque foi uma figura aveirense que conseguiu o EURO 2004 para Portugal. Aveiro é sede do Europeu à custa de dados objectivos e de mérito próprio.

Por último, gostaria realçar que não é só por se realizar o EURO 2004, mas sobretudo de podermos concentrar nos próximos quatro anos as denominadas obras de contexto nacional que carece Aveiro, que poderão e deverão ocorrer num período de quatro anos derivadas das exigências organizativas do EURO 2004.

Aproveitar também para o facto da importância do clube residente, o nosso Beira-Mar teve, quer para a opção em Aveiro, quer sobretudo para o futuro do investimento a realizar em termos de infra-estruturas desportivas e que deverá sedimentar-se na seguinte estratégia: poderão existir muitas casas em Aveiro - vermelhas, azuis, mas cada vez mais o aveirense deve rever-se numa só casa, a nossa casa amarela.”

Saiu da sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Vereadores. Começava por saudar a iniciativa do PCP ao propôr este ponto, de facto o EURO 2004, à semelhança de alguns grandes desígnios deste concelho, devem ser pontos de congregação e que nos devem unir a todos, são pontos relativamente aos quais nos une a nossa qualidade de aveirenses e que quaisquer opções de carácter ideológico ou partidário nada têm a ver relativamente a estas questões.

E por isso, desde logo, anuncio o propósito da bancada do partido socialista de votar favoravelmente o louvor proposto pelo PSD ao aveirense Dr. Gilberto Madaíl, pelo seu contributo na vinda do EURO 2004 para Aveiro. Sucede porém, não obstante, que a razão de ser deste agendamento não tem directamente a ver com o facto do EURO 2004 ter vindo para Portugal; tem a ver, especificamente, com o facto de além de vir para Portugal vir para Aveiro. E assim, se houve a participação (e deve ser louvável) de um aveirense na vinda dessa realização para Portugal, e é essa qualidade que lhe permite ser distinguido dos demais, enquanto aveirense é justo que seja distinguido o Dr. Gilberto Madaíl, entendo ser de igual justiça que, se louve quem desenvolveu esforços para que o EURO 2004 fosse uma realidade em Aveiro. Assim sendo, a bancada do partido socialista apresenta de imediato à Mesa uma proposta.”

Vogal Nuno Tavares:

“Antes de mais, quero associar-me às felicitações devidas ao Sr. Salavessa, por ter trazido aqui um assunto tão importante e tão relevante para Aveiro.

Em segundo lugar, associar-me à proposta de felicitações do Sr. Gilberto Madaíl, que soube como ninguém demonstrar grande capacidade de negociação, de persuasão, escolher uma equipa, (onde pontificava também uma pessoa que não devemos esquecer que é o Carlos Cruz, que todo país bem conhece) por terem sabido trazer para Portugal o 2004. E, naturalmente, também felicitações à Câmara por, com o 2004 em Portugal, ter conseguido e sabido fazer de Aveiro uma das sedes do mundial.

Eu penso todavia, dado que se trata de um investimento altíssimamente relevante, um investimento estratégico, um investimento global, um investimento que abarca os mais diferentes domínios da actividade do nosso concelho e da nossa região, é um assunto demasiado importante para começar a ser discutido à meia-noite e meia hora. Quer dizer, é um assunto que requer que todos nós nos preparemos convenientemente para intervir. Embora seja uma matéria que é discutida e é conversada em qualquer sítio. Sob pena de desmerecer do ponto de vista da discussão, que a Assembleia fará sobre ele, por a Assembleia não ter abordado na devida profundidade o assunto que se trata.

Eu para já nesta intervenção, queria apenas chamar a atenção para uma distinção que é necessário fazer e que me parece ter já sido afluída numa ou outra intervenção, que é: dum lado a organização do torneio, a organização da competição, e aí nem a Assembleia Municipal, nem a Câmara Municipal, nem nada - é a UEFA (e por tabela a Federação que manda). Publicidade, contratos, televisões, todo o mundo de milhões que anda à volta do mundial, duma competição desta natureza, não é nada a ver com portugueses - é UEFA.

Outra coisa (essa que nos diz directamente respeito) é o investimento estratégico, porque dele dependerá muito do futuro da região de Aveiro. Estratégico, também, no sentido que vai abranger todo o mundo de realidades, que afecta o cidadão aveirense e o cidadão que visita Aveiro. E esse investimento não é um investimento apenas em infra-estruturas desportivas, mas é um investimento que ultrapassa essas barreiras, é um investimento de grande amplitude.

Agora também quero chamar um pouco a realidade. O campeonato do mundo em si é uma competição que vai durar duas semanas. Preparemo-nos bem para essas duas semanas, mas preparemo-nos bem para saber levar para além dessas duas semanas, por anos que sejam,

saibamos aproveitar tudo isso, para que com esse contributo saber melhorar a vida e o bem estar e o progresso dos cidadãos aveirenses.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Este é obviamente um tema que tem de ser caro e querido a todos os aveirenses. E quando digo todos, digo todos sem excepção. Os que mais directamente contribuíram para esta candidatura, nomeadamente, o Dr. Gilberto Madaíl. Aqueles que nada contribuíram, a não ser com as suas preces, para o sucesso desta candidatura. De todos sem excepção é o sucesso desta candidatura. E, porque tanta gente já aqui foi lembrada - o voto de louvor ao Executivo municipal tem de ser feito, pelo empenho posto no conseguir tentar agarrar esta organização para Aveiro. E, porque entendo que ninguém deve ser deixado de fora numa altura como esta, a bancada do partido popular apresentará também uma proposta à Mesa.

Anunciava também, que se irá fazer chegar à Mesa uma proposta consensual das bancadas, para criação de Comissão Eventual de acompanhamento de realização do EURO, à qual suponho a Câmara não será contrária. É tão só e apenas para que esta Assembleia se mantenha em contacto mais próximo, mais constante e mais directo, com o evoluir da situação.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, esta é daquelas questões que nos une a todos; claramente. São inquestionáveis os benefícios ao nível das infra-estruturas desportivas e outras, e beneficiarão Aveiro e o Distrito. Felicito o Dr. Gilberto Madaíl pelo serviço prestado a Aveiro e ao país com a conquista da realização do 2004. Felicito a Câmara e o Sr. Presidente pela forma diligente como conduziu o processo de candidatura. Conheço o processo relativamente, e sei que foi preciso colocar bastante empenho, atenção, competência, rapidez de acção. E nisso Sr. Presidente, a Câmara está de parabéns e a sua equipa. Se não fosse assim talvez não tivesse conseguido.

No entanto, não podemos esquecer no âmbito do PDM vigente, quem teve a visão e o entusiasmo de preparar a estrutura e o planeamento da cidade desportiva. Lembro aqui a Câmara liderada pelo Prof. Celso (faça-se justiça) e o Vereador Eng.º Belmiro Couto, que é uma peça fundamental nesta questão. A verdade é esta.

Deixo para terminar um apelo à Câmara. No nosso concelho há algumas infra-estruturas desportivas, nomeadamente, de futebol - e é de futebol que se trata; que têm valias e que estão completamente abandonadas. Se for verdade aquilo que se viu no Plano de Actividades do município (que para mim é extremamente curto), era bom que com estas infra-estruturas que muito honrarão Aveiro sejam feitas obras de reabilitação dessas outras, porque só com um desenvolvimento harmonioso é que podemos ser dignos de nós próprios.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito rapidamente Sr. Presidente. Só para dizer que me associo às propostas de louvor. A primeira proposta é uma proposta de nível nacional, de um aveirense que se distinguiu a nível nacional ao trazer para Portugal o EURO 2004.

Quando pensamos dos méritos a nível local, sem dúvida que o Sr. Presidente da Câmara teve uma acção importante, mas já estive na Assembleia anterior e realmente não posso esquecer o trabalho que o CDS/PP desempenhou nessa altura. E nós sabemos que foi o vereador do desporto o impulsor, contra muitos “velhos do restelo” e que impôs o parque desportivo do nosso concelho. Por isso estou de acordo que se façam os votos de louvor propostos.

Só diria para concluir, que gostaria é que nós nos focássemos no ponto que está agendado, e gostaria de saber da Câmara qual é o estado da preparação, do financiamento, e as consequências para o concelho de Aveiro, do EURO 2004.”

Vogal Virgínia Silva Veiga:

“Para dizer que, genericamente, me associo aos votos de louvor que temos necessariamente que prestar. Mas, o meu brinde vai necessariamente para o Presidente da Câmara de Aveiro; o actual, obviamente.

Porque, se é certo que o Executivo anterior fez aprovar o PDM - o que não era mais que a sua obrigação - isso não contribuiu de forma directa, de forma alguma, para a possibilidade de Aveiro ter o EURO 2004. O Sr. Presidente já aqui disse nesta Assembleia do trabalho que tiveram. O louvor é para os técnicos da Câmara, que dia e noite, num prazo curtíssimo, conseguiram enviar um projecto sem o qual não seria possível sequer a candidatura. O primeiro louvor é efectivamente e em grande para este Executivo, para esta Câmara, e para os técnicos que trabalharam dia e noite neste sentido. Só estou a lembrar porque já está em acta.

De todo modo, se me permitem, porque toda a gente fez alguns comentários laterais em relação às propostas e porque o assunto tem a ver com toda a população aveirense, permitam-me em relação à proposta da comissão de acompanhamento que não se esqueçam de uma coisa: o futebol não é apanágio do sector masculino. E nestas bancadas, à excepção de uma - a quem não posso tecer qualquer louvor - há efectivamente representantes femininos. E a população - mal ou bem - é maioritariamente feminina. Nesse sentido, tenho a certeza de que o Partido Socialista não deixará de cumprir as suas próprias regras, e designará com certeza um representante masculino e outro feminino para a comissão de acompanhamento. Desafiaria o PSD que o pode fazer a fazer o mesmo. Quanto ao PP, lamento que não tenha aí mulheres.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu também cumprimento o Sr. Salavessa por ter agendado este ponto. Acho que é de facto importante, que a Assembleia acompanhe de perto todo este processo e que seja possível congregarmos em torno deste objectivo, que é de facto um objectivo estratégico. E não apenas, por razões de competências da Assembleia que as tem todas nesta matéria, como o Sr. Salavessa lembrou bem. É de facto, um projecto que deve mobilizar toda a cidade, todo o concelho, e não apenas os membros desta Assembleia. Acho excelente, que esta Assembleia possa servir como ponto de partida para mobilizarmos outras forças que não têm assento nesta Assembleia, e que são também fundamentais.

É de facto, uma oportunidade estratégica de desenvolvermos o nosso sistema desportivo do país todo e de Aveiro em especial. De melhorarmos a nossa rede de infra-estruturas desportivas, mas não apenas desportivas. Há todo um conjunto de investimentos necessários que vão ser criados por força do EURO. Temos uma oportunidade de promoção de Aveiro que é absolutamente única. Eu recorro, sem ter aqui os números exactos, mas que são muitos milhões de telespectadores que assistem ao campeonato da Europa. É talvez dos espectáculos mais visto no mundo. Mais até que o campeonato do mundo, segundo alguns dados. É oportunidade que não é apenas para modernizarmos as nossas infra-estruturas desportivas e as associadas ao evento; é uma oportunidade para melhorarmos a nossa forma de estar no futebol. Era muito importante que este evento constitui-se além de uma oportunidade para fazer obra, uma oportunidade para que muito mudasse no futebol português e sobre tudo ao nível dos dirigentes desportivos. Houvesse de facto, esse cuidado em valorizar certo tipo de atitudes, certo tipo de discursos, que é preciso inculcar nos nossos jovens.

Era portanto uma oportunidade que não se podia perder de forma nenhuma, e na altura, malgrado o prazo curto que nos foi imposto (depois de sermos notificados que o estádio Mário Duarte não reunia as condições para tanto), não obstante, decidimos fazer todo o possível para que a nossa candidatura pudesse ser aceite.

Eu não vou invocar todos os pormenores, a história um dia contará todos os pormenores, porque há de facto alguns segredinhos que não é oportuno contar. Mas conseguimos que a candidatura de Aveiro ficasse entre a lista das cidades escolhidas e temos de estar todos muito

satisfeitos com isso. É um estádio que, como é conhecido, e segundo os números da UEFA, se prevê custe seis milhões de contos. Terá de ter uma lotação para trinta mil pessoas. Pelas estimativas que na altura foram feitas, a duzentos contos o lugar, chega-se a esse valor de seis milhões de contos - é possível que saia mais barato, porque este número foi o apontado pela UEFA, mas é possível agora em face do projecto concreto este valor possa descer. Mas a propósito deste valor e dos investimentos que foram lembrados pelo Sr. Salavessa, chamar a atenção para o seguinte: não é absolutamente necessário que os outros investimentos que falou apareçam. E não fazem parte propriamente dos investimentos do EURO.

Aquilo que está previsto para o parque desportivo (e nós entendemos que esta chance enorme do estádio é de facto o pontapé de saída no arranque desse parque desportivo) além do estádio, abrange um campo de golf, um complexo de ténis, um centro hípico, e um parque lúdico. É portanto, com este conjunto de cinco investimentos âncora, que o parque desportivo irá ser animado. Não têm de arrancar todos ao mesmo tempo. Seria excelente se este pontapé de saída do EURO, na medida em que obriga a infra-estruturar todo o parque ao nível de acessos, desencadeasse o interesse dos investidores no arranque imediato desses outros investimentos, não temos certeza que isso vá acontecer, nem é condição imprescindível para que o EURO se faça em Aveiro. Vamos fazer tudo para que isso seja assim, porque até temos tido algumas reuniões e contactos com as Federações destas diferentes modalidades, e com potenciais investidores, e há de facto grande apetência para o golf, para o ténis, para o centro hípico, há gente interessada em poder dispôr destes espaços. Se o EURO poder servir para o ritmo desses investimentos seja o mesmo excelente.

Quanto à hotelaria. É uma preocupação que tínhamos já antes do EURO. Já se sabia que Aveiro era uma cidade mal servida de capacidade hoteleira. Designadamente, se a quisermos promover ainda mais como Centro de Congressos precisamos ter uma capacidade hoteleira suficiente. E, felizmente, desde que foi anunciado o EURO notam-se sinais importantes ao nível de potenciais investidores, em que essa capacidade hoteleira venha de facto a ser reforçada dentro do prazo. É claro que, como aqui já foi lembrado, o EURO dura um mês, e os hotéis não vão viver desse mês do EURO. Naturalmente que é um empurrão forte, mas as contas aqui têm de se fazer de outra maneira. E fazem-se em Aveiro felizmente, porque somos uma cidade que é atractiva sobre vários pontos de vista: turismo, congressos, etc.

Acessibilidades evidentemente, terá de haver. Já tive oportunidade de o dizer publicamente e reafirmo hoje: é impensável (do meu ponto de vista) que, acessos fundamentais para Aveiro, como o IP5, que traz, designadamente, os espanhóis ao estádio, e o IC1, não estejam concluídos nessa data. E portanto, se for necessário gastar-se cem milhões de contos para antecipar um prazo, aí está uma boa razão para o fazer, porque é necessário que essa auto-estrada ou esse perfil de auto-estrada esteja perfeitamente concluído para o início do campeonato; o mesmo para o IC1. E há outros. Aqueles que são especificamente relacionados com o acesso ao estádio. É necessário fazer do IP5 um acesso directo ao estádio, que já tem um estudos feitos e, depois, todas as acessibilidades de outro tipo como por exemplo as ferroviárias. Nós temos o projecto do Metro Ligeiro de Superfície pronto, está candidatado ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, que também pode ser uma forma interessante de reforçar a mobilidade das pessoas.

Porque é que este assunto não foi agendado antes? Porque nos pareceu que seria prematuro. Isto é, gostaríamos de trazer isto à Assembleia Municipal, quando dispuséssemos dos dados que nos vão permitir estruturar a nossa candidatura a todos os níveis. Temos um plano sobre o financiamento. Temos um cronograma elaborado, que na altura foi necessário apresentar, mas faltam-nos outras variáveis muito importantes. Quanto ao financiamento, já aqui o recordei, não faço disso segredo, neste momento é público. Vinte e cinco por cento está protocolado com o Estado; outros vinte cinco por cento do Orçamento Municipal ao longo destes anos; os outros vinte e cinco por cento, pensámos na hipótese mais simples que é o recurso ao crédito bancário - temos uma capacidade de endividamento que nos permite pensar nisso com muita tranquilidade

quando comparado com outras câmaras -; e finalmente, os outros vinte e cinco por cento através de uma de duas hipóteses: ou por um estudo urbanístico para a zona do estádio Mário Duarte, que prolongasse a mancha verde do Parque e que permitisse alienar os terrenos para uma construção de qualidade naquela zona e que renderia essa verba. Ou então, uma hipótese que surgiu recentemente que é a hipótese do estádio vir a ser alienado à Universidade, e a Universidade com uma só operação dota-se de um estádio universitário, não se desmantela o estádio da memória urbana; é sempre uma solução mais interessante, e do ponto de vista da liquidez para este projecto também porque faz-se tudo com uma só operação. Além da associação de privados, designadamente, da empresa construtora ou outras. Do ponto de vista do financiamento, do ponto de vista que apresentámos, mantém a sua solidez. Não estamos muito preocupados.

Quanto ao plano de trabalhos. Estamos neste momento dentro do prazo e só não estamos mais adiantados e não abrimos ainda nenhum concurso para obras, porque entretanto o Governo anunciou que ia adoptar um regime excepcional para o EURO e, designadamente, para as cidades e para as autarquias em que o EURO se vai disputar. Portanto, ficámos à espera dessas regras. Essas regras incluem pormenores que podem ser tão importantes como por exemplo, a dispensa de visto prévio do Tribunal de Contas (uma fiscalização sucessiva portanto), possibilidade de ajustes directos para os projectos; entre outras coisas. Portanto ficámos à espera dessas regras, que do meu conhecimento, foram aprovadas na semana passada em Conselho de Ministros. Não estão ainda publicadas, imagino estarão para ser rubricadas pelo Sr. Presidente da República. Portanto, falta-nos essa informação que é preciosa, designadamente, para começar a tomar decisões como aquilo que referiu o Pedro Machado; como é que vai ser o modelo de gestão, como é que vamos desenvolver este projecto. Vai ser a Câmara com os seus meios habituais, com os seus diferentes departamentos, ou vamos criar uma estrutura de outro tipo, com outra autonomia, ou com outro perfil jurídico?

Temos a questão dos terrenos, que têm de ser adquiridos. Temos a questão do projecto - tínhamos o concurso internacional para ser lançado e já está pronto há umas semanas, só o parámos por causa do que referi há pouco. Mas entretanto temos um estudo prévio do Arquitecto Tomás Taveira (como sabem, e de que toda a gente gostou muito), devidamente aprovado com o visto do Tribunal de Contas e que fundamentou a nossa candidatura e com base na qual a candidatura de Aveiro foi aprovada pela Comissão da UEFA que visitou Aveiro.

E esse foi um dos problemas que este Governo teve que resolver. E por isso vai admitir (julgo eu) alguns regimes de excepção. Porque corria-se o risco de algumas cidades aparecerem agora com um modelo de Estádio que não correspondia ao modelo que está pendente na UEFA. Por um lado isso fragiliza a candidatura portuguesa, ou porventura a candidatura de algumas cidades em especial. Por outro lado, um gasto financeiro evidente que seria feito levaram o Governo a abrir a excepção apenas para o ajuste dos projectos, não das obras. As obras seguirão o regime geral e será sempre através de concurso publico e neste caso internacional, dados os montantes em causa.

De resto, já foram aqui dadas algumas sugestões muito interessantes, eu julgo que a Câmara ou essa entidade que vier a ser criada terá que munir-se de todos os estudos económicos relevantes. As consequências vamos vê-las depois. Julgo que vai ser uma oportunidade de lavar a cara à cidade a todos os níveis. Há um processo de reabilitação urbana que é induzido por todas as obras que vão aparecer e que nós devemos aproveitar ao máximo.

Quanto aos documentos que o Diogo se referia, julgo que ele se estava a referir ao Plano Estratégico e ao PDM, com os quais obviamente eu instrui a candidatura de Aveiro. Não tenho problemas nenhuns em reconhecer isso, muni-me de todos os documentos e de todos os argumentos para que a candidatura de Aveiro pudesse triunfar.

Acho uma excelente ideia esta da Comissão Eventual da Assembleia Municipal. É um projecto que de facto todos teremos de trabalhar e todas as sugestões e colaboração que poderem vir por

parte da Assembleia Municipal será, obviamente, bem-vinda. E por agora é tudo. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Só duas questões. Gostaria de ter ouvido o Sr. Presidente a referir-se às restantes infra-estruturas que não estão aqui em apreço. É uma questão que nos preocupa porque acho que o concelho tinha a ganhar com isso. E, já agora, o Sr. Presidente acaba de dizer que é forçoso lavar a cara à cidade a todos os níveis. Sr. Presidente, que bom seria que tivesse dito: é forçoso lavar a cara ao concelho a todos os níveis. Porque ter uma cidade muito bonita e as freguesias circundantes estarem no grau de desenvolvimento que estão, que são as mais atrasadas do Distrito - É lamentável.”

Entretanto saíram da sala os vogais António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Maria João Santos Pais e Fernando Vieira Ferreira.

Vogal António Salavessa:

“Quando pusemos este ponto para discussão, não foi para esta multiplicação de votos de louvor, que sendo legítima a sua apresentação por quem os apresentou, acho que não é essa a ideia que nós fazemos da discussão de um ponto como este, embora a legitimidade da sua apresentação é absoluta. Também me pareceu evidente Sr. Presidente que ainda continuamos no mesmo ponto. A Câmara pode esclarecer e avançar, com um conjunto de elementos que são certamente importantes para a nossa compreensão da situação, mas se nós fizéssemos a discussão daqui a um mês seriam outros novos, daqui a dois meses outros novos, portanto nada impediria que a tivéssemos feito mais cedo.

O Sr. Presidente parece ter uma concessão, de facto, que em minha opinião precisa de ser alterada, de olhar para esta câmara apenas como uma câmara em que apenas vêm as coisas para decisão final; quando pode ser de facto, uma peça de um processo de discussão de mobilização de envolvimento da cidade para objectivos mais alargados.

A questão da promoção de Aveiro que foi colocada, eu acho que tem de ser vista numa outra perspectiva que não apenas aquela que a Câmara apresentou. A perspectiva de que, quando acontecer o europeu, milhões de pessoas ouvirão falar de Aveiro! Mas há outra questão. Aveiro é uma das cidades sede, nós queremos que as pessoas venham cá. Portanto a promoção tem de ter uma estratégia imediata. Portanto que comece a ser pensada de imediato a promoção de Aveiro para que não seja um estádio vazio, independentemente das selecções que venham a ter assento. Que haja uma promoção a partir de agora de Aveiro, que traga as pessoas a visitar-nos independentemente da competição desportiva no concreto.

Esta é também a oportunidade para uma grande ofensiva de pressão sobre o Poder Central. Que o ICI, que a duplicação do IP5, o acesso ao nó de Mamodeiro, as obras da Capitania, que uma série de questões que têm a ver com as acessibilidades, com a renovação urbana, com a imagem, etc., que dependem do Poder Central pelo seu financiamento, tem de haver uma pressão muito grande por parte das diversas forças políticas com representação parlamentar para que isto se venha a concretizar.

Por último, parece-me que há sempre um conjunto de investimentos que a Câmara terá de definir a curto ou a médio prazo, mas que vão juntar-se. Com certeza serão alguns milhões de contos que estarão em cima da Mesa e que a Câmara precisa de ver como é que vai resolver esses aspectos. Porque a tendência será a de ultrapassar em muito aquilo que é o Orçamento da Câmara, mesmo aquele Orçamento imaginário que está apresentado.

Penso também, que enquanto se constrói o EURO 2004, se deve pensar o dia a seguir. De facto, os hotéis não podem ser construídos para uma semana, têm de ter perspectiva de utilização futura. Os congressos é uma, o turismo é outra, mas não é só para os hotéis, é também para os

próprios equipamentos desportivos que vierem a ser criados. Das informações e das achegas que deu à discussão, acho que há ainda muita coisa que necessita ser aprofundada e que deve ser burilada, e que essa discussão tem de continuar.”

Vogal Henrique Diz:

“A propósito da intervenção do Sr. Salavessa, só gostava de lembrar ao Sr. Presidente da Câmara, que as questões da promoção, designadamente a promoção turística, são investimentos de longo prazo. Não são investimentos de curto prazo.

Eu tive o cuidado de lembrar o Sr. Presidente, de no Quadro, colocar um Técnico de Turismo. E na altura disse-lhe, que um dia deveríamos eventualmente discutir relações do município de Aveiro com a Rota da Luz. Porque trata-se aqui de criar um desenvolvimento turístico sustentado, que se apoie nos Congressos para a altura do ano em que o turismo de férias não é razoável num clima como o nosso, e que se apoie no turismo ligado à indústria e aos serviços, dado que temos aqui à nossa volta uma zona industrial muito forte. Mas isso não pode ser feito de forma desgarrada. Nem deve ser eventualmente feito só com a Câmara de Aveiro. Mas isso significa que a Câmara tem uma política de Turismo consensual. Significa que, nós tenhamos uma ideia clara do que é que vamos fazer nesse domínio, de como é que vamos promover a cidade, de como é que vamos promover a Região. E de facto, eu devo dizer-lhe, que não me parece que isso se resolva com pavilhãozito ali numa mostra qualquer em Salamanca; não me parece que seja essa a forma de tratar do assunto.

Portanto, eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara, numa das suas próximas oportunidades, nos falasse da sua intenção no que respeita a esta matéria; o que poderá certamente a manter ou a criar o movimento, que encha os nossos hotéis também no 2004.”

Presidente da Mesa:

“Estas duas últimas intervenções são interessantes. O problema é saber se é só a Câmara; nós temos uma estrutura turística.

Gostaria de vos dizer que no Parlamento Europeu, ciclicamente, passam por lá várias Regiões Turísticas da Europa, que com umas centenas de contos fazem uma mostra de produtos gastronómicos: servem uns vinhos, uns bolos, umas peças de cerâmica, uns panfletos - bem, não sei depois qual é a eficácia disso. Mas por outro lado, não sei se deve ser só a cidade de Aveiro ou se deve ser em conjunto com as outras cidades que serão sede do EURO. Tudo isso terá de ser discutido.

De qualquer maneira, gostarei de dizer - porque é justo - que o Dr. Alberto Souto teve um “golpe de asa”. Acompanhei esse fim de semana histórico. Teve um “golpe de asa” - com os técnicos de apoio, naturalmente, beneficiando dos elementos que haviam na Câmara antiga - que nos desvanece e honra, neste sucesso da escolha de Aveiro. Não sei, deve haver segredos, não deve ter sido tão fácil como às tantas pareceu.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pela bancada do PSD, que é do seguinte teor:

«A realização de uma das fases do Campeonato Europeu de Futebol EURO - 2004 em Aveiro, vai constituir uma oportunidade soberana para melhoramentos infra-estruturais vários, além de constituir um momento privilegiado de promoção da cidade e da região.

Assim, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida aos 27 de Dezembro de 1999, decide expressar um voto de louvor ao Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, o aveirense Dr. Gilberto Madaíl, pela sua participação determinante no grupo de trabalho que trouxe para Portugal a organização do EURO 2004.»

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada, sendo a mesma aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do PCP.

Continuando, o Sr. Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pela bancada do PS, que é do seguinte teor:

«A realização em Aveiro de uma das fases do EURO 2004 constituirá um momento ímpar de indução de desenvolvimento, pelas infra-estruturas a realizar e, bem assim, de promoção de Aveiro e sua região junto dos amantes do desporto.

Sem prejuízo do público reconhecimento que, justificadamente, são merecedores todos aqueles que conseguiram trazer para Portugal a organização do EURO 2004, a Assembleia Municipal de Aveiro entende ser de inteira justiça expressar um voto de louvor pela acção do executivo municipal, mormente do seu Presidente, Dr. Alberto Souto, pela acção determinante na inclusão de Aveiro no rol de cidades anfitriãs do EURO 2004.»

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada, sendo a mesma aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do PCP.

Continuando o Sr. Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pela bancada do CDS/PP, que é do seguinte teor:

«A bancada do Partido Popular na Assembleia Municipal de Aveiro, vem por este meio e associada à grandeza da realização que é o EURO 2004, congratular-se com o empenho, esforço e perseverança de todos os intervenientes, sem excepção, no sucesso desta candidatura. Justo será por isso, louvar também a acção preparatória do Executivo anterior, liderado pelo CDS/PP, nomeadamente, na visão de futuro posta na elaboração de documentos vitais à preparação desta candidatura, como sejam o Plano Estratégico da cidade de Aveiro e o PDM.

Essa visão estratégica, aliada à vontade e força do Executivo actual, permitiram criar o sólido alicerce onde se construiu esta grande vitória para Aveiro.»

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada, sendo a mesma aprovada por maioria de dezanove votos a favor (PS6+PSD6+PP7) quatro abstenções (PS3+PSD1) e dois votos contra (PS1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa:

“Abstive-me na primeira votação e teria votado a favor se o voto fosse a toda a equipa que trouxe para Portugal o EURO 2004 e não um elemento em particular. Abstive-me na segunda porque me parece cedo para um voto deste tipo - é uma questão de oportunidade. E votei contra porque entendo que quer o Plano Estratégico, quer o Plano Director Municipal, não foram uma opção política assumida pela presidência anterior, foram mais um fruto das circunstâncias, nomeadamente, o Plano Estratégico foi uma criação da sociedade aveirense contra a passividade da Câmara Municipal de então.”

Vogal Nuno Tavares:

“Votei a favor nas duas primeiras propostas, na medida em que na primeira tratava-se apenas de homenagear ou de nos congratularmos com a actividade específica de um aveirense o que não significa nenhum desprimor para com os outros membros da Comissão. Votei também conscientemente a favor da segunda. Votei conscientemente também a favor da terceira, não obstante não ter elementos que me permitam votar com o conhecimento de causa que eu gostaria de ter, mas enfim, estamos a discutir um assunto que nos deve congrega a todos.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa leu a proposta subscrita por todas as bancadas, que é do seguinte teor:

«Proposta de deliberação.

A Assembleia Municipal de Aveiro, tendo em conta a discussão do EURO 2004 realizada neste órgão autárquico delibera :

- Constituir uma comissão eventual de acompanhamento do processo de realização em Aveiro, de parte do referido Campeonato da Europa de Futebol de 2004;
- Que essa comissão seja constituída por até 2 membros de cada bancada.»

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação esta proposta sendo a mesma aprovada por unanimidade .

Continuando, dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais a próxima reunião da presente sessão para o dia 29 de Dezembro de 1999 (quarta-feira), pelas 21:00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 28 de Dezembro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário nos termos legais.